

V.20 nº43 (2024)

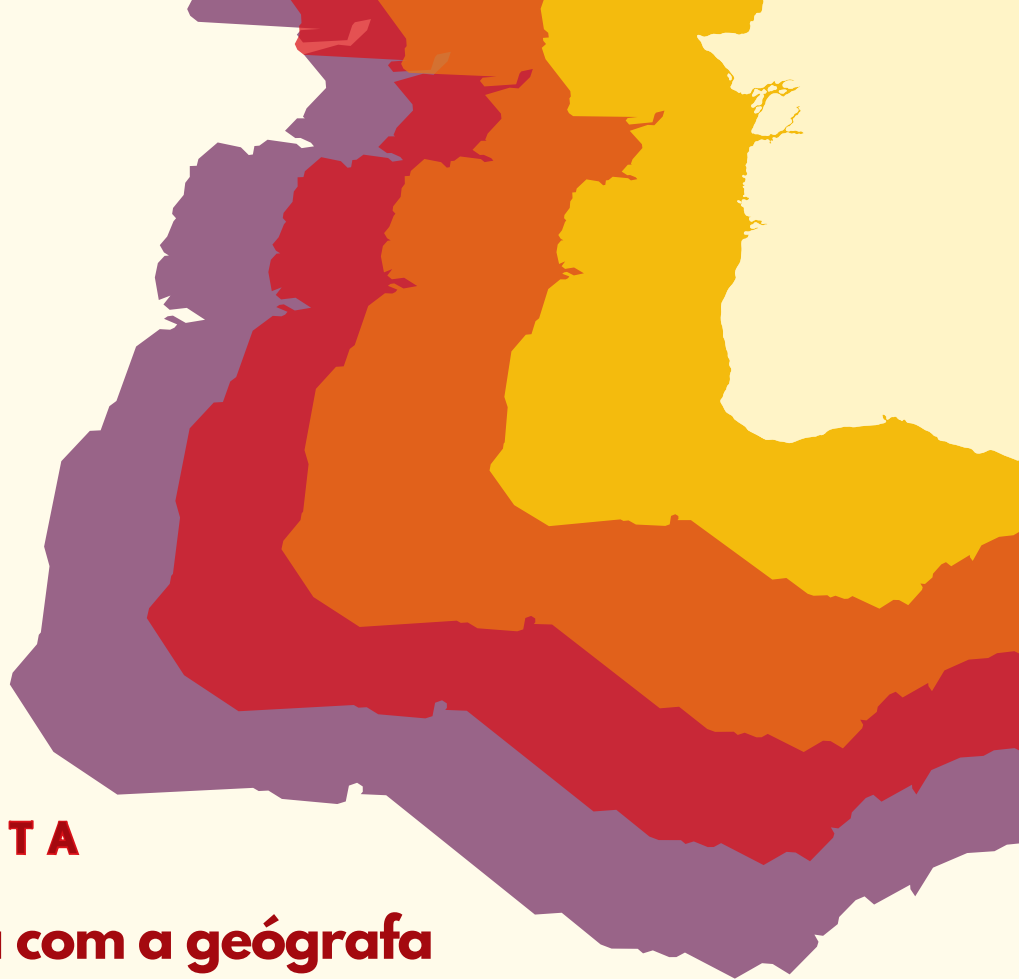
REVISTA DA
**AN
PE
GE**

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia



ENTREVISTA

Entrevista realizada com a geógrafa Guiomar Inez Germani durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos

*Interview carried out with geographer Guiomar Inez Germani during the VIII
Brazilian Congress of Geographers and Geographers*

*Entrevista realizada al geógrafo Guiomar Inez Germani durante el VIII
Congreso Brasileño de Geógrafos y Geógrafas*

DOI: 10.5418/ra2024.v20i43.19429

CLÁUDIO UBIRATAN GONÇALVES

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

GILCA GARCIA DE OLIVEIRA

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

LUCAS ZENHA ANTONINO

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

HINGRYD INÁCIO DE FREITAS

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

MÔNICA COX DE BRITTO PEREIRA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

V.20 n°43 (2024)

e-íssn : 1679-768X

Entrevista com a geógrafa Guiomar Inez Germani



Autor: Lucas Zenha, 2024.

Esta entrevista foi realizada durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos que aconteceu na Universidade de São Paulo. Numa tarde fria e com garoa contínua do dia 09 de julho de 2024 tivemos um belo e agradável encontro regado a guloseimas e café na Avenida Paulista no Café Ristoro, Casa das Rosas, São Paulo. Participaram deste momento como entrevistadoras e entrevistadores: Claudio Ubiratan Gonçalves, Gilca Garcia de Oliveira, Hingryd Inácio de Freitas, Lucas Zenha Antonino e Mônica Cox de Britto Pereira. Foi um momento singular de análises, memórias e relato de trajetória de vida e que durou cerca de 02:30 horas. Uma simples e rápida



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

apresentação sobre a nossa entrevistada. Ela é filha de Guido Antônio Germani e Maria Paganalli Germani, nasceu em Caçador, Santa Catarina. Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Maringá e realizou mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1982. O doutorado em Geografia cursou na Universidad de Barcelona em 1993. Foi Funcionária do Banco do Brasil, exerceu diversas atividades nas agências de Cascavel - PR, Maringá - PR e Centro Porto Alegre - RS, 1969-1978. Funcionária da DESENVALE - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu, foi assessora da Presidência, acompanhou a implantação dos núcleos de reassentamento de Pedra do Cavalo, 1983-1987. Funcionária da "CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional", órgão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Bahia, no cargo de Técnica em Desenvolvimento Regional, desenvolveu várias atividades, destacando o acompanhamento, a implantação do "1º Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA" no Estado da Bahia, execução de projetos para o "Programa de Crédito Especial para áreas de Reforma Agrária - PROCERA", e a elaboração de "Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste - Projeto Áridas", 1987-1996. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. No final dos anos 1990 cria o projeto GeografAR (Geografia dos Assentamentos na área Rural. Em 2016 foi condecorada com o título de cidadã baiana pela Assembléia Legislativa da Bahia. Em 2021 foi homenageada pela sua contribuição à pós-graduação em Geografia no Brasil pela ANPEGE no XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia¹.

Gilca de Oliveira: Nós estamos aqui, nessa tarde chuvosa da cidade de São Paulo, para conversarmos um pouco com essa “baiana”. Em que terras nasceu essa filha de Iemanjá? Como foi sendo moldado esse olhar geográfico, as inquietações que vão se somando aos olhos, na sua infância, na adolescência, vamos começar por esse caminho...

Guiomar Germani: Filha de Iemanjá que nasceu nas serras catarinenses, né? Nasci em Caçador, Santa Catarina, na região do Contestado, em 1950, façam as contas aí. [risos] Uma cidade que fez parte da área de expansão de fronteira para exploração da madeira, viabilizada com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, que deu origem à Guerra do Contestado (1912-1916). Mas, além de falar de onde eu nasci, é importante situar um pouco a minha ancestralidade. Eu sou neta de imigrantes italianos, que foram para as serras do Rio Grande do Sul – e se instalaram na região de Caxias do Sul e Garibaldi –, a segunda geração foi para Santa Catarina, em 1920, e depois, na década de 1950, migraram para o Norte do Paraná, seguindo o fluxo da imigração interna do Sul do país. Então, eu nasci em Caçador, uma cidade do Oeste catarinense, situada na foz do Rio Caçador com o Rio do Peixe. Foram estas águas doces de Oxum que fizeram parte de minha vida antes de mergulhar nas águas salgadas da Mãe Iemanjá, na Bahia.

Claudio Gonçalves: Tinha algum ofício?

Guiomar Germani: Minha família vivia na cidade, dedicada às atividades urbanas: Mas todas as cidades em que eu morei tinham uma forte relação com o rural, em Caçador não era diferente.

¹ Agradecimentos especiais pelo apoio técnico a graduanda em Geografia Ingrid Sthefanny Gomes de Farias e a Mestra em Geografia Beatriz Barbosa da Silva.

Morávamos na cidade, mas num lote muito grande, quase uma chácara urbana, onde se plantava horta, muitas árvores frutíferas e se criava galinhas, na época das frutas se fazia doces e compotas para o ano todo. Subir nas árvores era extensão da casa...Difícil traçar uma trajetória linear, e talvez difícil não fazer muita confusão para explicar...

Eu nasci em Caçador. Mas, não tinha nem um ano de idade e fui, com meus pais, para Maringá, no Norte do Paraná. O Norte do Paraná era uma área de expansão da lavoura do café que se deslocava de São Paulo para as terras roxas. A construção, a ocupação de todo o Norte do Paraná, foi feita através de um grande projeto de colonização particular, com financiamento do capital inglês (*Paraná Plantations*) através da Companhia de Terras do Norte do Paraná². O Estado passou para esta Companhia toda a ocupação daquelas terras devolutas e tidas como desocupadas. A Companhia desenvolveu um grande e arrojado projeto de colonização, articulando a ocupação da área rural com a urbana³, com o planejamento e construções de núcleos urbanos na parte alta do território, com uma distância regular entre elas, criando uma distribuição espacial das atividades e uma hierarquia urbana, baseada no modelo próximo ao proposto por Christaller. A infraestrutura de transportes foi garantida pela ferrovia, também construída pela *Paraná Plantation*⁴.

É extremamente interessante o desenho do parcelamento da área rural, que ainda hoje é bem visível: são lotes estreitos e bem compridos, com uma testada dando na estrada e outra com a aguada. Mesmo com a conversão do café para soja e trigo ainda se vê esta forma dos lotes muito marcada.

Eu cheguei em Maringá e cresci com a cidade e vendo tudo isto se fazer. Portanto, me criei em uma cidade, hoje considerada uma cidade exemplar, arborizada, bonita e uma das melhores cidades brasileiras para se morar, mas para chegar a isso derrubaram toda a Mata Atlântica existente, eu acompanhei isso... A gente brincava em cima das árvores derrubadas para abrir as avenidas. Meu “bambi” não era de pelúcia, mas um “bambi” de verdade...chegou bem pequenininho, eu dava mamadeira, brincava, corria, depois ele cresceu e desapareceu. Chorei muito, mas me consolaram dizendo que ele tinha ido embora pois tinha encontrado sua mãe...muito mais tarde, me dei conta de seu trágico destino!

Eu morei em Maringá até os sete anos de idade, e ia muito com meus pais de Maringá à Caçador (pouco mais de 500 km de distância), aonde se ia de trem, de carro ou de avião. Mas, normalmente, íamos de carro, estrada de terra. Sabíamos o horário de sair, mas não sabíamos o horário de chegar, porque tanto podia levar um dia como três dias ou mais. Então, você saía de viagem sempre levando muita comida. Galinha na fãrofa e ovo cozido não podiam faltar! Depois meus pais se mudaram para Foz do Iguaçu e Toledo – no Extremo Oeste e Oeste do Paraná – meu pai trabalhava numa madeireira. Neste tempo, eu fiquei morando com minha avó, em Caçador, para estudar⁵. Fiquei lá até os 14 anos de idade, quando toda família voltou para Maringá. Então, Caçador, Maringá, Foz do Iguaçu, Toledo e, mais tarde Cascavel, eram os polos geográficos que eu me movia muito, circulava muito. E eu acredito

² Mais tarde transformada em Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná.

³ A pessoa adquiria um lote na área rural para plantar café e ganhava outro na área urbana (chamado até hoje de “data”), com o compromisso de construir uma casa.

⁴ O plano era a ferrovia chegar até o Paraguai, mas parou em Maringá. Como final de linha era lá que desembarcavam as levas de imigrantes antes de se espalharem para trabalhar nas lavouras de café.

⁵ A experiência de viver com minha avó Olinda, com meus tios e tias sempre foi muito estimulante. Minha avó contava muitas histórias, da família, das inventadas...uma viagem! Como em minha casa, também, lá também tinha biblioteca. Tio Domingos tinha um telescópio para olhar as estrelas. Tia Inez era professora e me corrigia as lições. Revistas e jornais, vinham de trem....Lembro que na biblioteca tinha a Divina Comédia, em italiano e ilustrada por Gustavo Doré. Minha avó só lia a parte do Céu...o Inferno e o Purgatório eram proibidos pois a gente ia sonhar. Só que com minha prima Janice víamos escondidas e, lógico, sonhávamos com o dantesco! Eu herdei este lindo exemplar.

que foi onde começou a minha formação, digo meu “curso livre de Geografia”. Porque além de circular muito, meu pai tinha mania de quando a gente viajava, se referir e descrever os elementos geográficos às serras e os rios pelo nome, as árvores pelo nome, os animais pelo nome...então a gente tinha essa familiaridade: “A serra do Cadeado vem lá” e ele perguntava muito pra gente isso: “Que serra é essa? que rio vem agora?”, eu acho que uma aproximação, também íamos acompanhando pelo mapa o trajeto que estávamos fazendo e o que queríamos fazer, um dia.

Em Caçador, estudei num colégio de religiosas⁶ – o Colégio Nossa Senhora Aparecida –, que hoje não existe mais⁷. Quando do golpe militar, em 1964, fiquei com o joelho doendo de tanto rezar para Nossa Senhora Aparecida proteger o Brasil do comunismo! Eu gosto sempre de lembrar isso, porque é nas trajetórias da vida que a gente vai formando a consciência. Depois eu fui para Maringá, dando seguimento aos estudos, a terceira série do ginásio, também num colégio de religiosas - o Colégio Santa Cruz. Mas, eu morava ao lado do Colégio Estadual Gastão Vidigal – um excelente colégio – e tinha muitas amigas que estudavam neste Colégio e daí eu pedi aos meus pais para estudar lá e meus pais concordaram. Eu lembro, até hoje, da carta de minha avó perguntando para os meus pais porque tiravam a menina do colégio de freira. Mas este foi um marco divisório na minha vida, digo que foi a minha salvação! A partir daí eu me envolvi com o movimento estudantil secundarista. Minha irmã diz que foi minha perdição, que eu me perdi pelo movimento estudantil. E teve um professor, eu gosto de contar isso porque eu acho que são assim marcos, né? Isso para se ver como um professor pode fazer a diferença na vida dos alunos.

Eu sempre fui de falar muito, sempre fui de participar muito, acho que eu devia ser uma aluna chatíssima, acho que atrapalhava o professor. Durante a ditadura militar, teve uma série de mudanças nos programas de ensino e, nessa reforma, foi incluída uma disciplina chamada Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e outra Educação Moral e Cívica (EMC)⁸, e eu tive um professor destas disciplinas que era militar da aeronáutica – professor Nikelson, eu não esqueço o nome dele –, e ele estava dando uma aula sobre a seca do Nordeste, a pobreza do Nordeste, os flagelados do Nordeste, e perguntou “Por que que será que é isso?”, daí eu respondi “Lógico, coisa de comunista”. Então, ele me pergunta “O que é comunista?”. Me pegou, né? Porque tudo que era ruim era coisa de comunista, a seca, a fome deveria ser também. Daí ele falou “Vá estudar o que é comunista para a próxima aula”. Essa pergunta foi fundamental em minha vida! Não que eu tenha entendido logo o que significava. Mas, ele levantou uma dúvida, questionou uma certeza que eu tinha como verdade. Bom, daí para o envolvimento com o que estava acontecendo no mundo, com o movimento estudantil, foi um pulo crescente! Embora eu fosse do movimento secundarista, numa cidade do interior do estado do Paraná, que não tinha universidades – aliás tinha Faculdade de Economia, mas era um curso novo e ainda isolado – era no movimento secundarista que a militância política acontecia acompanhando a efervescência do movimento estudantil e político no Brasil e no mundo. Para além de querer acabar com a ditadura militar, a violenta repressão se espalhava em todo o País; Congresso da UNE, em Ibiúna; morte do estudante secundarista Edson Luís; acompanhávamos o contexto internacional, a guerra do Vietnã, morte de Che⁹, de Martin Luther King; maio de 68 em Paris, e as músicas de Chico Buarque e Vandrê e o AI-5, culminando o ano de 1968. Fatos que deram o “caldo” para a formação e

⁶ Da congregação das Irmãs de São José, de origem francesa.

⁷ O edifício ficou fechado um tempo e, em 2010, foi adquirido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

⁸ Estas disciplinas não tinham um cunho acadêmico, mas cívico e foram extintas em 1993. Desde 2011, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei para incluir a disciplina de Ética e Cidadania nos currículos escolares.

⁹ Meu tio assinava a Time Life, foi onde eu vi, pela primeira vez, a foto de Che morto que guardei por muito tempo.

fermentação da “Geração de 68”, na qual eu me incluo. Tivemos uma formação política muito importante, entre colegas e amigos.

Eu fiz Curso Clássico e Curso Normal porque o Clássico não tinha diploma e minha mãe achava que eu tinha que ter um diploma. Então eu fiz os dois: o Curso Clássico pela manhã e o Curso Normal pela tarde, para ser professora¹⁰. E era uma época também que começavam as novas pedagogias. Se discutia muito Piaget, a Escola Livre, Summerhill... Foi um tempo muito importante para minha formação. As teorias e as práticas militantes no movimento estudantil eram parte do mesmo processo da vida. As pessoas com que eu convivi nessa época são amizades mantidas até hoje, e a grande maioria continua nessa trajetória, acreditando nas utopias e trabalhando para ver acontecer.

Paralelo a isto, aconteceu uma enorme transformação na minha formação religiosa, com repercussão na formação política: passando da “Cruzada Eucarística” para “Teologia da Libertação”. Lógico que não foi algo individual, se deu na aproximação com o Coletivo Grupo Lebre¹¹, formado por profissionais liberais de várias áreas, professores e estudantes, que tinham momentos de formação e reflexão e, também, atuavam num trabalho de base num bairro proletário da cidade de Maringá.

Claudio Gonçalves: Seus pais, do lado do pai e do lado da mãe italianos? Nenhuma influência anarquista?

Guiomar Germani: Minha família, de ambos os lados, é de origem italiana. Inclusive, eu tenho dupla nacionalidade. Mas de parte deles nada, absolutamente nada de anarquismo. Ao contrário, muito católicos, no máximo liberais, bem moralistas. Mas também muito humanistas. Por parte de pai, eram camponeses no interior da Itália, região da Cremona. Por parte de mãe, era oficial de alfaiataria. Mas ambos vieram numa enorme pobreza e dificuldade, “*a fare la América*”.¹²

Gilca de Oliveira: Você é transgressora. De onde você tirou isso?

Guiomar Germani: Eu acho que foi a consciência forjada na convivência social, o meio em que vivi e comecei a questionar também. Foi durante a minha adolescência, que coincidiu com o período militar, que comecei a transgredir. Não tínhamos muita ideia do que era, éramos adolescentes, explodindo de vida, com muitas coisas que não podíamos fazer. E daí era grupo de teatro, cineclube, música, fotografia ... tudo que pudéssemos fazer para extrapolar e transgredir. Mas, com todos os cuidados que o medo e a repressão impunham. Nunca participei, diretamente, de nenhum movimento organizado (a não ser por um curto período do MEL- Movimento Estudantil Livre, na luta contra a Política Educacional do governo). Mas os militantes de quase todos os movimentos organizados passavam por Maringá para conversar com a gente, porque o nosso grupo tinha uma influência muito grande no movimento estudantil e nosso apoio era disputado. Foi um tempo de muito estudo, muito

¹⁰ Até 1967, o ensino médio era dividido em três cursos e compreendia o curso científico, o curso normal e o curso clássico.

¹¹ Fundado pela religiosa francesa Jeanne Gaudin e, com seu afastamento foi assumido por Pe. Ariovaldo Robles e Pe. Almeida, religiosos jovens que pregavam o ideário da Teologia da Libertação, após Concílio Vaticano II. Pe. Ariovaldo foi, também, meu professor de Filosofia no Curso Clássico.

¹² Meus bisavós, por parte de mãe, foram para Garibaldi, se estabeleceram como comerciantes (foi um grande importador que faliu com o crash de 29); outro avô era “oficial de alfaiataria” que além de trabalhar como alfaiate, tinha escola de “oficiais”. Por parte de pai, era camponeses e em Caxias se estabelecem com moinho de trigo, sendo precursor da plantação de trigo no Brasil.

leitura, incentivado pelos professores do Clássico, Escola Normal e do Grupo Lebrecht. Foi uma época em que vivemos sob essa preocupação dos cuidados, dos medos, se escondia livros chamados de “subversivos”, se queimava o que se escrevia. Tinha a censura e a autocensura.

Um marco, neste período, foi a campanha contra a implantação do acordo MEC-USAID que propunha uma profunda reformulação em todo o ensino e a cobrança de taxa com a perspectiva de privatização da educação. O auge das mobilizações foi na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, com enfrentamentos nas ruas e barricadas. Mas, também, com muita força no movimento secundarista do interior do Paraná. Em Maringá, o movimento secundarista, do qual eu participava, fez uma enorme mobilização, pichando toda a cidade com “Fora Taxa”. Lógico, ação realizada nas madrugadas e com muito risco, mas que impediu a implantação da proposta.

Eu, por sorte, nessas trajetórias da vida, não fui presa, simplesmente por acaso. Porque ao terminar o Ensino Médio eu iria para Curitiba fazer uma faculdade. Meu sonho era fazer Sociologia, e morar na CEU¹³! Mas, por uma circunstância familiar, fui para Cascavel, meus pais moravam lá, fui passar um tempo lá. Quase todos os meus amigos, naquela época de Maringá, foram presos.

Morar na cidade de Cascavel foi outra experiência extremamente interessante em minha vida, então eu quero voltar para entender o que isto agrega à minha trajetória geográfica. Nasci e morei em Caçador, área de expansão de fronteira de extração da madeira, aberta através de uma guerra, a do Contestado. Morei em Maringá, no Norte do Paraná, também, área de expansão de fronteira agrícola do café, onde a violência se deu de outra forma, porque longe de ser um espaço desabitado, tinha uma ocupação de posseiros, de indígenas, que foram expulsos, pelo “projeto de desenvolvimento” e pelos “pioneiros”, que chegavam de todo o país e de uma enorme população, basicamente mineiros e nordestinos, que ia trabalhar nas fazendas de café¹⁴. Eu já tinha morado em Foz de Iguaçu, que também era área de expansão de fronteira e, também, de fronteira internacional, com Paraguai e Argentina. Em Cascavel, não foi diferente, era perceptível a pulsação. Talvez eu estivesse mais madura, entendendo o que era essa chegada em uma área de expansão de fronteira, para a introdução da soja e do trigo. E cheguei em Cascavel para ficar um tempo e comecei a fazer o curso Científico, à noite, e a trabalhar em um cartório de registro de imóveis, na realidade, meu primeiro emprego remunerado, mas foi por muito pouco tempo.

A cidade, tinha um movimento e uma dinâmica diferente e intensa, chegava gente de todo tipo, profissão e de tudo que é lugar! Mas ainda era uma cidade pequena, que as pessoas se conheciam. Eu era muito amiga do pessoal do Banco do Brasil (eu tinha entre 18/19 anos) e eu criticava a estrutura do banco por não ter mulheres em seus quadros. Bom, fui aprovada no primeiro concurso para mulheres do Banco do Brasil, e comecei a trabalhar na agência em Cascavel, que tinha trinta e cinco homens e somente uma mulher: eu. A agência não tinha banheiro para mulheres, e era preciso usar as instalações de uma vizinha conhecida. Era muito sutil, mas como entrar num mercado de trabalho, que era tipicamente masculino, uma pessoa de outro gênero, impõe também uma modificação espacial. Daí fizeram uma reforma e um banheiro só para mulheres. Imagine só, eu, com 19 anos, trabalhando no Banco do Brasil, uma garota, num momento em que trabalhar no Banco do Brasil numa cidade de interior era fazer parte de uma elite: o padre, o prefeito, o delegado e os funcionários do Banco do Brasil.

Gilca de Oliveira: Quando foi isso?

¹³ Casa da Estudante Universitária.

¹⁴ Recomendo ver respeito o romance “Terra Vermelha” de Domingos Pelegrini.

Guiomar Germani: Isso foi em 1969, em final de 1968 eu saí de Maringá, 1968 foi a plenitude! Em 1969, assumo no Banco do Brasil, em Cascavel. Em 1972, peço transferência do Banco do Brasil de Cascavel e volto para Maringá para estudar. Minha intenção era fazer Faculdade de Economia, mas minha prima que fez minha inscrição por procuração, se confundiu e me inscreveu em Administração de Empresas! Cursei Administração¹⁵, entre 1972 e 1975, ainda ditadura militar, governo de Médici – da Guerrilha do Araguaia, do “milagre econômico” e de uma enorme e violenta repressão – e eu, então, passei a vivenciar o movimento estudantil dentro de uma universidade. Participava de um grupo de teatro – TEMI-Teatro Maringaense Independente, que seguia o “Teatro do Oprimido” de Augusto Boal –; cineclube; de atividades de música que aconteciam no eixo Maringá-Apucarana-Londrina. Era assim que circulávamos e transgredíamos¹⁶. Foi quando tive maior aproximação com a Geografia. Uma amiga – Vânia Ferreira Lopes –, fazia Geografia, e eu acompanhava as suas viagens de campo. Fiz toda minha faculdade trabalhando no Banco do Brasil e estudando à noite e aos sábados à tarde. Mas quando tinha excursão do curso de Geografia, eu pedia licença no banco, não remunerada, e ia viajar. Não faltava trabalho de campo! E a gente participava da preparação da viagem, recolhia dinheiro para a viagem, viajava e fazia o relatório. Então quase todas as viagens de campo que minha amiga fez no curso de Geografia eu ia também. E lá tinha uma coisa que eu nunca consegui fazer na UFBA: as viagens eram feitas com professores de várias disciplinas, então se estabelecia pontos de observação para debater várias e várias questões, de forma articulada, se aproveitava muito.

Gilca de Oliveira: De qual Universidade está falando, a Estadual?

Guiomar Germani: A Estadual de Maringá, era a UEM. Quando iniciei, ainda era uma Fundação, os dois primeiros anos da minha faculdade foram pagos, depois que ela virou universidade estadual e gratuita.

Claudio Gonçalves: Tem algum professor que você lembra dessa época? da Faculdade, que te marcou.

Guiomar Germani: Eu vou te falar quem me marcou, você vai achar estranho. Bentinho, de Economia, irmão do deputado federal, Álvaro Dias. Ele fez economia aqui em São Paulo, na Fundação Getúlio Vargas, e morreu precocemente num acidente de carro –, mas foi um professor que marcou toda uma geração, inclusive, nossa turma recebeu seu nome como homenagem. Isso foi de 1972 a 1975, durante a ditadura militar. Nos diretórios, a válvula de escape eram as atividades culturais: cinema, teatro. Fazíamos promoção de shows com diversos artistas: Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina, MPB4, Chico Buarque, Dominguinhos, Quinteto Violado, Itaigara... todo esse pessoal bom da MPB. Promovíamos show em Londrina e em Maringá, e depois do show – isso fazia parte do acordo –, tinha uma conversa com os estudantes.

O meu TCC foi sobre a COCAMAR - Cooperativa de Cafeicultores de Maringá. Hoje uma potência, mas naquela época estava começando, e basicamente o meu TCC foi sobre análise de balanço da Cooperativa, quem sabe, uma entrada para a Geografia Agrária. Na cerimônia de formatura foi feito

¹⁵ Os dois primeiros anos eram básicos para o curso de Administração e de Economia, e aí eu pensei: “ah, entro em administração e depois eu mudo”, mas minha turma da administração era ótima e daí eu fazia algumas cadeiras da Economia, mas continuei cursando Administração de Empresas.

¹⁶ Itamar Assumpção e Arrigo Barnabé o, não sei se vocês conheceram, circulavam neste eixo.

um discurso duro, que foi construído coletivamente. Após a formatura foi instalado um inquérito administrativo e a turma considerada *non grata* pela UEM.

Em 1975, vou para Porto Alegre, fazer o Curso de Especialização em Problemas de Desenvolvimento Econômico e Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, e coordenado pelo Prof. Nei Marques, um economista muito conceituado dentro da visão Cepalina. Continuei trabalhando no Banco do Brasil, transferida de Maringá para Porto Alegre e cursando a especialização. Nesta época, estavam criando a Região Metropolitana Maringá e Londrina, e me convidaram para trabalhar pela Universidade de Londrina. Já tinha participado de reuniões, e eu ia ser cedida pelo Banco do Brasil para a Universidade de Londrina. Mas o reitor da UEM boicotou minha participação porque eu era da turma *non grata*. Então, eu pus minha viola no saco e voltei para o Banco (do Brasil) de Porto Alegre. Tinha terminado a faculdade e o curso de especialização e continuava trabalhando no Banco do Brasil, na agência Centro de Porto Alegre.

Em Cascavel, como eu falei, que era uma área de expansão de fronteira, eu trabalhei em vários setores do Banco, agência pequena, você vai trabalhando em todos os setores e em tudo, uma grande escola!¹⁷

Em Cascavel, a agência do Banco abria às 13h. O pessoal do interior vinha para fazer o cadastro para conseguir financiamento. Eles chegavam com os documentos amarrados num paninho ou com uma pilha de escrituras em pastas, muitos posseiros com a carta de anuência dos proprietários... todos buscando acessar aos créditos. Mas, as diferenças ficavam evidentes. E, como o processo de modernização conservadora da agricultura que começava, se realizava na prática, financiado pelo crédito do Banco do Brasil e pela assistência técnica.

Eu trabalhava no cadastro e orientava sobre a faixa de crédito e datilografava os formulários da Nota Rural Pignoratícia e Hipotecária (NRPH), em seis vias, com papel carbono – vocês não imaginam e nem sabem o que é, quando errava uma, errava as seis, então você tinha toda uma técnica de abrir uma por uma e ir apagando. Mas, o que interessa dizer é que os formulários eram padronizados: previa-se recursos para a derrubada da mata, para a destoca, para adquirir as sementes “selecionadas”, para o plantio, para os semoventes e para os “insumos e os defensivos”, era assim que chamavam os venenos que adubaram a tal modernização da agricultura! Você tinha que preencher todas as colunas... o pacote completo do receituário da modernização agrícola já vinha pronto! Toda área de Cascavel a Foz do Iguaçu eu, praticamente, vi derrubar a mata e entrar a soja e o trigo. Muitas vezes entrava primeiro a plantação de hortelã, plantada ainda com a mata derrubada, sem a destoca, para “amansar a terra”. Depois a soja e o trigo e, posteriormente, o pinus e o eucalipto. Foi um processo violentíssimo. Muita grilagem de terra, muita violência ...base para o caos fundiário que vai se revelar, mais tarde com a chegada de Itaipu.

Claudio Gonçalves: Anos 1960 ou 1970?

Guiomar Germani: Isso foi final dos anos 60. Quando chegaram as primeiras máquinas colheitadeiras da Argentina, eram enormes! Cascavel parou, parou o comércio e todo mundo foi para a rua pra ver as colheitadeiras desfilarem!

¹⁷ Nesta época estavam implantando os caixas executivos (ainda não os eletrônicos!) era um setor muito disputado, mas o único setor que nunca quis trabalhar.

Mas volta lá para Porto Alegre, Eu fui para Porto Alegre para fazer o curso de especialização de um ano e acabei ficando oito anos! Resolvi fazer a seleção para Mestrado em Planejamento Urbano e Regional na Faculdade de Arquitetura, na UFRGS.

Hingryd de Freitas: antes de você começar a falar sobre sua experiência com o Mestrado, ainda sobre o seu primeiro contato com a Geografia... você fez referência às viagens com seu pai, com as observações e denominações das serras e dos rios. Mas, que seu primeiro contato com a geografia (acadêmica) foi através da sua amiga Vânia, através da participação dos trabalhos de campo: Qual a lembrança que você tem do seu primeiro contato com a Geografia acadêmica. Você tem recordação de autores? Ou você não chegou a ter esse contato?

Guiomar Germani: Os autores não, me lembro dos procedimentos da observação e da descrição. Alguns professores trabalhavam mais a análise e as relações. Para além deste “curso livre” havia uma aproximação anterior com autores da Geografia e de outras áreas, como Josué de Castro, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Manoel Correia de Andrade.

Hingryd de Freitas: E considerando que nesse momento estava sendo pulsante o processo da modernização, da chamada modernização agrícola, e que você vivenciou isso de forma prática na sua condição de funcionária do Banco do Brasil, nessas aulas de campo de geografia de alguma forma se estabelecia uma relação com esse processo de modernização, ou dito de outra forma com a geografia agrária?

Guiomar Germani: Tinha, talvez não tão diretamente. Os trabalhos de campo incluíam campo e cidade como áreas de observação. Não sei bem se esta participação de várias dimensões da leitura geográfica, numa viagem de campo, tinha um caráter pedagógico ou de aproveitamento de recurso. Mas era muito interessante, mesmo que não chegasse muito na crítica. Eu me lembro de um trabalho de campo, de uma visita à fábrica de papel e celulose da Klabin, em Telêmaco Borba (PR), o urbano completamente dependente da atividade da empresa, então era o discurso do “desenvolvimento”, era o “progresso” chegando. Mas também chocava a paisagem uniforme das plantações. Também me lembro de um professor (se não me engano, Prof. Niesse Jabor) que fazia a crítica ambiental chamando atenção para a questão dos rios, de assoreamento, do desmatamento, do uso de maquinários na produção, as perdas de solo pela erosão, como decorrentes do modelo agrícola. Posso dizer que ainda conheci rios de águas límpidas e verdes no Paraná e, rapidamente, os rios com esse processo todo, ficaram marrons. Hoje, você não tem um rio que seja verde! Eu não conheço...O único rio que eu não conheci verde foi o rio Paraná. Este sempre foi marrom, sempre foi da cor da terra. Então, isso se observava. Quando as águas do rio Iguaçu desembocavam no Paraná se via a diferença da cor das águas. O processo de modernização da agricultura e do modelo de desenvolvimento adotado deixava marcas explícitas na paisagem e na vida.

Outra coisa que me lembro era a observação das espécies. Um dos professores chamava muito a atenção, por exemplo, a algum tipo específico de vegetação “isso aqui não é daqui”, para mim era uma novidade.

Também tratavam das questões urbanas, do mercado de trabalho, das condições habitacionais, de locomoção. Mas eu realmente não lembro de ter referência de algum autor específico na análise, mas dos procedimentos, isso eu me lembro, de observar.

Hingryd de Freitas: Voltamos agora para o Mestrado!

Guiomar Germani: Vamos entrar logo, senão não acaba essa história! O que é interessante, quando eu estava vivendo em Porto Alegre, trabalhava no banco e tínhamos muitas relações com o pessoal do teatro, da fotografia. Eu tinha montado, com amigos, um laboratório de fotografia¹⁸. E era uma época, isso foi em 75/76, os movimentos sociais urbanos estavam ganhando protagonismo e, em Porto Alegre, também isso acontecia e me chamava a atenção. Quando eu resolvi fazer Mestrado meu projeto foi sobre a questão urbana, a questão da habitação. Isso foi em 1978, então eu sempre gosto de falar que a minha experiência de mestrado foi de uma riqueza muito grande, retornar à Universidade e viver aquele contexto, dentro das lutas para a retomada da democracia, para derrubar a ditadura militar, luta pela anistia, greve do ABC, Lula preso, greves nas universidades, movimento estudantil e a gente pode participar de forma muito ativa. Não se tinha essa separação de graduação e pós-graduação tão grande como se tem hoje, eu sempre falo de uma greve, que foi a greve de 1980, que foi histórica. A gente ia para faculdade todos os dias, começava com assembleia de manhã e se discutia os andamentos e as tarefas: fazer cartaz; ir para a rua, batendo de casa em casa, primeiro para falar da greve, depois para falar de Lula preso; depois pedia apoio para o pessoal do Osasco em greve... Era uma coisa assim muito viva, e muito professor, aluno da graduação e da pós-graduação, muito junto. Greve não era para ficar em casa, mas para ocupar a Universidade e a rua.

Bom, faço meu curso de Mestrado, foi um dos primeiros cursos interdisciplinares de Planejamento Urbano e Regional, na Faculdade de Arquitetura, onde entrava a diversidade na formação, tinha economista, arquiteto, geógrafo, historiador, advogado, engenheiro...e com diferentes tendências e posições políticas que geravam debates animados e instigantes. E aí, na metade do curso, eu sempre mantive contato com o pessoal do Paraná, começam as notícias sobre a construção de Itaipu.

Claudio Gonçalves: Você já estava casada nessa época?

Guiomar Germani: Não estava casada ainda, mas eu já tinha conhecido o Luiz Antônio. Luiz Antônio saiu de Salvador também para fazer o mestrado em Porto Alegre¹⁹. Ele é da área da Arquitetura e Urbanismo e fomos colegas na turma do PROPUR VII. Estudamos um ano e meio juntos, só depois começamos a namorar. Namoramos um ano e meio em Porto Alegre, depois ele volta para Salvador...continuamos o namoro por mais um ano e meio e nos casamos. Continuamos casados e namorando até hoje!

Mas esse tempo é um tempo muito rico, a gente acampava muito, fazia fotografia, tinha laboratório de fotografia, fazia teatro e fazia política. Quando entrei no mestrado o movimento social urbano era muito ativo e eu estava trabalhando no banco ainda. Nas manifestações, segurei muita bandeirinha e faixa com Olívio Dutra, que era do sindicato dos bancários.

O protagonismo era dos movimentos urbanos, e os teóricos tentavam explicar e entender o que estava acontecendo. Muitos dos meus professores e professoras estavam fazendo doutorado na França, onde o protagonismo dos movimentos sociais urbanos animava as discussões. Através deles tivemos acesso à

¹⁸ Aliás, quase fui estudar fotografia em Londres ao invés de fazer o Mestrado.

¹⁹ Como não consegui licença não remunerada para fazer o Mestrado, pedi demissão do Banco do Brasil. Caso parecido aconteceu com Luiz Antonio, que era professor da Faculdade de Arquitetura na UFBA e também não foi liberado para fazer o Mestrado e pediu demissão. Vai ver algo estava escrito nas estrelas.

“Questão Urbana” de Manuel Castells que é desta época; a Henry Lefebvre, Jean Lojikine²⁰; “A Justiça Social e a Cidade”, de David Harvey; ao argentino Oscar Yujnowski e, também Milton Santos e Ruy Mauro Marini, para citar alguns. Autores que contribuíram para as bases da geografia crítica.

Não obstante o protagonismo das lutas sociais estivesse no urbano, eu começo a ter a notícia de Itaipu. E comecei a me interessar pelo tema que se tornou meu tema de investigação. Eu conhecia toda aquela região que foi alagada, quando trabalhava no Banco do Brasil. Eu via o esforço da transformação daquele pessoal e não acreditava que eles sairiam de lá de forma simples. Fiz uma viagem de pesquisa exploratória e fiquei impressionada. Mesmo com os marcos de Itaipu delimitando a cota a ser alagada, o pessoal não acreditava que a água chegaria ali. Porque o rio Paraná, naquele trecho, corria encravado em um cânion e eles diziam “Essa água não vem aqui não, isso é coisa de comunista, desses padres comunistas que tão dizendo que vai chegar aqui”. Tinha algo no ar, mas nada indicava que teria reação, mas persisti na inquietação de ver o que iria acontecer. Como esse pessoal, que veio de navio do Rio Grande do Sul, entrou pelo rio Paraná, aportou, derrubou tudo aquilo e estavam, relativamente, bem iam largar tudo e recomeçar em outro lugar?

Refaço meu projeto de pesquisa e mudo o tema do urbano para o rural: impactos da construção da usina de Itaipu. Com isso, começo conversando com algumas pessoas da recém criada CPT (Comissão Pastoral da Terra) que foi criada em 1975, isso acontece em 1978. A CPT no Paraná era coordenada de forma ecumênica, por um pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Eu tive uma sorte muito grande porque conhecia uma jornalista da igreja luterana e que me abriu esses contatos com esses pastores. Entrevisto o pastor Gernote Kirinus, que dirigia a CPT e ele fala assim “olha Guiomar, a gente vai receber a visita de Dom José Brandão, que vai dar uma rodada na região, se você quiser acompanhar”, e daí lógico, estava eu lá com minha amiga Beth (Elizabeth Saso Simões, que me acompanhou na pesquisa de campo), num fusca amarelo, entramos na área, acompanhando a comitiva. Dom José Brandão fazia assim, em cada “linha”, que eram as áreas das comunidades, onde tinha igrejas ou clube, aconteciam as reuniões.

Claudio Gonçalves: Que foi o cardeal de Salvador né?

Guiomar Germani: Não, o de Salvador era o Dom Avelar Brandão Vilela, Dom José Brandão era bispo de Propriá (SE). Ele apoiou a resistência a várias usinas no Nordeste, e era uma coisa assim impressionante! Ele reunia as pessoas nas igrejas, contava o que tinha acontecido em Betume, em Sobradinho, que as mulheres se sentavam e se deitavam na frente das máquinas. Ele dizia “Contem, o que que tá acontecendo aqui”. Eles contavam e eu ia anotando tudo! Era uma colcha de retalhos, cada situação. Ele foi embora, eu continuei o trabalho de campo. Passei dois meses na área entrevistando todo mundo. Fiz mais que 7 mil quilômetros na área a ser alagada e o clima e o sentimento de insegurança era visível. A Polícia Federal sabia exatamente quando a gente ia também, acompanhava de longe, numa camionete Veraneio.

Hingryd de Freitas: Quem foi sua professora orientadora?

²⁰19 Também se iniciavam os questionamentos sobre o que eles colocavam com relação ao urbano na Europa e as limitações para se entender o urbano na América Latina.

Guiomar Germani: Nora Clichevsky, uma arquiteta argentina que estava vinculada ao PROPUR²¹. Ela disse não entender de barragem, mas sim de metodologia, e sua orientação foi ótima. Conteí, também, com o apoio de José Vicente Tavares, que fazia parte da minha banca. E a estrutura do PROPUR era muito instigante e participativa nas trocas e nas discussões com colegas e professores.

Terminei a pesquisa de campo, voltei para Porto Alegre querendo descansar do tema. Conversei com minha orientadora, peguei um ônibus, viajei dezesseis horas até chegar em Maringá, cheguei de tarde. O Pastor Werner Fuchs me liga informando que “nós vamos fazer um movimentozinho aqui amanhã”, só falou assim “movimentozinho”. Eu já sabia o que era. Peguei o ônibus para Foz do Iguaçu e para Santa Helena, que era a área central, onde estava tendo o movimento, o primeiro grande movimento. Aliás era o segundo, já tinha tido outro (A taipa da Injustiça). Mas, esse foi o grande movimento denominado “Justiça e Terra”. O ônibus para chegar a Santa Helena foi assim uma coisa impressionante! Pinga, pinga...e todo mundo que entrava no ônibus “tá indo para onde?” “Para o movimento” “mas como que cê soube?” “Deu na rádio”. Tinha senha para as quase duas mil pessoas chegarem para acampar. Aí eu voltei ao campo. Eu era uma pesquisadora, mas eu cheguei lá e perguntei ao pastor Werner Fuchs: “o que eu tenho pra fazer?”. Montaram uma tenda que era o “escritório”, e eu e um menino, que estudava para pastor da igreja luterana, cada um numa mesa, e uma fila de pessoas. Cada pessoa contando sua situação e da sua área, porque cada área tinha um problema específico. Pegávamos todas essas informações, sistematizávamos e, no dia seguinte, entrava como reivindicação na assembleia da manhã. Havia muitas situações: posseiros que não tinham título nenhum, posseiros que tinham pagado a terra, uma série de situações que Itaipu colocava para aquela gente. E isto no auge do governo militar. Algumas assembleias eram muito tensas, e se discutia a proposta de marchar à Foz do Iguaçu porque não estavam tendo resposta de Itaipu ao Movimento. Além do que, o exército estava fechando os acessos. Então, ia ser muito dramático. A igreja falou que não apoiaria, o bispo também. Então aquela tensão da decisão, não teve a marcha, mas pouco tempo depois teve outro cerco em Foz do Iguaçu, no trevo de acesso à Itaipu. Foi muito mais que uma experiência em pesquisa participante, foi uma pesquisa militante.

Mas o que eu quero voltar a um ponto que já coloquei, da oportunidade de ter uma convivência com meus professores que estavam fazendo doutorado na França, e trazendo toda a discussão sobre os movimentos urbanos. E, meu recorte espacial era na área rural. E, não tinha muita discussão, não encontrava bibliografia para estudar esse tipo de impacto de barragem, só depois que eu vim saber. Quando o Carlos Vainer me chama para o I Encontro Ciências Sociais e Barragens, por isso que ele fala que eu sou uma das decanas, junto com Lígia Sigaud, que escreve sobre Sobradinho. Ela foi a primeira e depois fui eu, que escrevo sobre impactos de barragem nas ciências sociais. Então, isso marca. E marca também um denominador na minha vida, um marco na minha vida, de opção de trabalho, de que lado que eu ia estar. Acho que foi uma oportunidade única, não só de pesquisa, mas de vida.

Hingryd de Freitas: Um divisor de águas e de terras...

Guiomar Germani: De águas e de terras. E aí você vê toda a questão do conflito, do caos fundiário. O Paraná era uma loucura, você tinha quatro andares de terra e nesses momentos as fragilidades aparecem.

²¹ Atualmente, é pesquisadora do investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), e do Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

Hingryd de Freitas: Guiomar, agora falando sobre a sua pesquisa, você chega na realidade com o olhar voltado para compreender os impactos, você termina a pesquisa com o olhar voltado para os sujeitos (expropriados), suas resistências e conflitos. Como ocorreu essa mudança de olhar sobre a realidade na relação com a sua pesquisa?

Guiomar Germani: Como eu falei, eu mudei meu tema do urbano para o rural e toda a pesquisa exploratória que eu fiz não anunciava o conflito. Então como que eu vou fazer um projeto dizendo que eu vou ver o conflito? O conflito não estava explícito, mas, no meio do caminho ele aparece, explode. Ele estava latentes. Havia uma conflitualidade ali, e ela aparece, se revela.

Então, categoria de análise principal não era mais o impacto, passa a ser o conflito que, claramente, se estabelecia entre o projeto de vida de uma comunidade que tinha se estabelecido ali e um Estado, com um megaprojeto nacional e internacional, dentro de um período de governo militar. E daí, o que é importante destacar? Não fui eu que decidi esta alteração, foi observando a realidade que se impôs. Por isso que você tem que observar, não é a priori que as categorias são definidas. Lógico, você vai com uma bagagem, com pressupostos. Mas, você vai sentir o movimento da realidade que vai te impor, te mostrar. Ele que te mostra. Se eu não tivesse tido a sensibilidade de perceber esse movimento, eu ia trabalhar sobre os impactos da construção da Usina de Itaipu e ponto. Foi um movimento histórico durante uma ditadura militar, uma população camponesa que se levanta para se impor a uma binacional, a um Estado militar, numa área de fronteira, de segurança nacional, então não foi pouca coisa! E não foi à toa que de lá (o próprio Movimento reconhece, mas talvez não com a força que eu coloco) surgiu um dos “berços” do MST. Porque no mesmo momento vai ter o Encruzilhada Natalino, o Pontal de Paranapanema e lá, o Movimento Justiça e Terra. Porque no movimento dos expropriados há a reivindicação de quem tinha terra, de quem estava na terra independente da dominialidade, se era proprietário ou posseiro, e também, dos “sem terra”. Há uma distinção entre os atingidos. É interessante como os sem terra não aparecem num primeiro momento, eles vão aparecer depois, numa manifestação no Dia do Agricultor, 25 de julho, numa grande manifestação, onde apareceram os peões de fazenda, basicamente, os nordestinos. E eu identifico no meu trabalho um ciclo de migração que não estava registrado, porque os nordestinos foram para São Paulo e para o Norte do Paraná. Mas, depois eles foram para o Oeste, e pulavam depois para o Paraguai em busca de terra para trabalhar: os Brasiguaios. Os peões de fazenda não tinham terra, o grito deles não era “terra por terra” como os outros atingidos. Eles aparecem. E eles estavam reivindicando terra para onde ir, não era indenização. Eles serviram de base para engrossar a formação do MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná) que, além dos atingidos, passou a aglutinar outros trabalhadores sem terra da região e também os brasiguaios. Isto que ajudou a engrossar o “caldo social” para que, em 1984, fosse realizado o 1º. Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em Cascavel, aliás, em São Miguel do Iguaçu.

Nesse tempo, começa a organização dos atingidos no rio Uruguai. Eu estava em Porto Alegre, João Pedro Stédile tinha recém voltado do México, trabalhava na Secretaria de Agricultura, e ele falou “já que você tá com esse negócio de barragem...”, ele pegou as cartas topográficas para eu marcar a cota que as barragens do rio Uruguai iriam atingir. Eu pus as cartas debaixo do braço, peguei o ônibus, fui para Erechim, pra uma reunião do CRAB, base para a constituição nacional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). De certa forma eu acompanhei o constituição destes dois grandes e importantes movimentos nacionais: o MST e o MAB.

Então Hingryd, foi uma época que dá para entender o que Ademar Bogo diz que “a violência é uma arma de munição vencida, quando mais se mata, mais desperta a vida”. É forte isso, que a violência

que era colocada em cima dessa classe social era tão grande que despertou a vida, e era também um contexto que se começava a pressionar para a abertura política. Então tem tudo isso, o movimento de anistia... foi um conjunto de forças que permitia fazer despertar a vida, porque se não fosse essa força social atuando, não num lugar específico, mas com repercussões escalar, também não seria possível nem essas reuniões, nem essas organizações, nem esse despertar da vida.

Hingryd de Freitas: Muito importante perceber como a relação teoria e prática vai marcar toda a sua trajetória, na Geografia, no GeografAR, então essa experiência foi de fato um divisor geográfico para você.

Guiomar Germani: Eu acho que essa experiência, ela passa a ser uma metodologia, a orientar uma prática de trabalho de pesquisa.

Hingryd de Freitas: Sim, metodologia que hoje é definida como metodologia “pés no chão” no GeografAR

Guiomar Germani: Sim...às vezes pergunto para os alunos que estão fazendo suas pesquisas, como está indo? A resposta vem que está indo bem, só falta discutir o capítulo teórico metodológico. Gente, vá para o chão, vá ver e sentir o que está latente, o que emerge! É só você se debruçar. E Milton Santos ensina isso, a identificar os movimentos e identificar a força motriz, o que move, sua dinâmica, daí você vai mergulhando e tudo emerge. Então essa questão da observação, ela é central. Lógico! E vai ter uma riqueza proporcional às informações, às bases teóricas e às categorias que você tiver acesso. A geografia tradicional, a geografia crítica que chega enriquecendo a análise, mas ela não pode jogar fora isso que é o exercício da observação. Se você não tiver desenvolvido a observação, a sensibilidade para “ler” para além das formas e da aparência, você não consegue perceber o que tá acontecendo na contramão, o que está diferente. O que pode também interferir numa dita normalidade para criar a resistência e a renovação.

Claudio Gonçalves: Já que chegamos no método, você está no final dos 1970, na virada dos 1980, e aí tem uma história que mistura, eu acredito que misture, o casamento e a geografia na sua vida, como que é isso na virada dos 80?

Guiomar Germani: Vixe, tem tanta coisa! [risos] Eu defendo minha dissertação, já namorava Luiz Antônio, que estava há um ano meio na Bahia. Ele lá e eu cá. Ninguém achava que ia dar em casamento. Mas minha mãe impôs que eu só casaria depois da dissertação defendida. Então, eu não sei se foi a vontade de casar ou se foi o meu compromisso de terminar antes das águas... antes de Itaipu fechar as comportas. Eu defendi em junho de 1982. Casei no dia 3 de julho. E, em 5 de outubro de 1982, foram fechadas as comportas e chegaram as águas afogando tudo. Com o compromisso cumprido e casada, vim para a Bahia!

Mas dentro da minha formação “livre” de geografia tem dois momentos importantes que gostaria de registrar. Na verdade, a base de meu curso livre foi muito de “viageira”, em 1977, eu fiz uma viagem de três meses, de carro, com meus pais, saindo de Curitiba (PR), indo em direção a Fortaleza, pelo litoral (o trecho da BR 101 de São Paulo a Rio de Janeiro em obras...) e voltando pelo interior (a Barragem de Sobradinho começando a encher). Eu reconheço que foi meu módulo de Geografia do Brasil.

Antes, em 1973, eu havia feito uma viagem para Bolívia e Peru pelo “trem da morte”, fui de mochileira, um mês e pouco viajando. Bolívia em estado de sítio; Peru recém governado por Alvarado, um governo de esquerda que promoveu a reforma agrária. Viajando em caminhões com camponeses se discutia política em todos os lugares, como aqui se discute futebol. Me surpreendeu muito esta liberdade da discussão! O “módulo” do curso de América Latina foi por aí, completado com viagens para Paraguai, Argentina e Uruguai, feitas em outros momentos.

Depois, em 1974, eu fiz uma viagem de navio com minha amiga Vânia – minha professora tutora de Geografia –, para o Canadá, três meses de viagem num navio cargueiro!²² Tivemos a oportunidade de acompanhar toda a vida e a rotina de trabalho no navio. O navio trabalhava com turnos de quatro horas, então quando vira o turno se faz toda a marcação de onde o navio está: localização, tipo de vento, de nuvem, mar, posição, tudo. Então a gente acompanhava os pilotos a fazerem essas marcações, acompanhava no radar, nas cartas náuticas, a comunicação com outros navios...Então eu considero uma continuidade o meu curso livre de geografia, além de fazer a Geografia das Américas (paramos em Nova York, e depois em Montreal) e parte da Geografia Física.

Bom voltando, daí termino minha dissertação e caso... Na viagem de núpcias, fui mostrar a Luiz Antônio as Sete Quedas, e também me despedir! Ainda como parte da “lua de mel”, participamos da SBPC em Campinas (Luiz Antonio participou de uma mesa sobre o quebra-quebra de ônibus em Salvador²³). Depois tomamos rumo de Salvador – num automóvel Chevette branco, entupido de coisas do “enxoval” –, isso em 1982.

Já conhecia Salvador, mas vir morar tem outro significado, uma descoberta em cada esquina...até hoje me surpreendo com descobertas!

Chego em Salvador com dissertação embaixo do braço para procurar trabalho, daí houve mudança de governo. Pela minha experiência com barragem, fui convidada a trabalhar na Desenvale - Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu que era a empresa pública que estava construindo a barragem de Pedra do Cavalo, em Cachoeira e São Félix (BA).

Claudio Gonçalves: Quem era o governador?

Guiomar Germani: O governador era João Durval. E vou trabalhar na assessoria do presidente, uma pessoa encantadora muito séria e bem intencionada. Daí eu vou procurar saber junto ao setor jurídico quantas famílias que vão ser atingidas, e o advogado disse que “famílias a gente não sabe, mas temos umas setecentas propriedades!” Senti onde havia chegado: o número e o destino das famílias não importavam, o que importavam eram as propriedades que tinham que ser desapropriadas para “limpar a área”.

Então a gente começa o trabalho lá, se consegue fazer o cadastro das famílias a serem atingidas e os projetos de reassentamento de parte destas. Mas foi muito dramático, muito trágico. Mas foi o suficiente para eu decidir que não trabalharia mais nesse tipo de coisa. Porque eles decidiram fechar as comportas da Pedra do Cavalo e só “limpar a área” – esse era um termo usado – no correspondente a

²² A viagem foi um prêmio de um concurso nacional, promovido pelo Jornal do Brasil e Marinha Mercante, fomos contempladas por uma viagem redonda (indo e voltando no mesmo navio), saindo de Paranaguá indo a Montreal (Canadá), com escala em vários portos.

²³ Em 1981, um movimento de protesto pelo constante aumento da tarifa do transporte coletivo em Salvador, provocou a destruição de 500 ônibus. O “recorte escalar” que Luiz Antonio trabalha é o urbano, mas convergimos da mesma base teórica explicativa do espaço geográfico, em que campo-cidade, urbano-rural não são antagônicos mas partes do movimento da totalidade.

primeira cota, se por acaso tivesse uma cheia, a segunda cota seria inundada. Até hoje tem reassentamento padecendo de falta de água, de luz, de regularização.

Gilca de Oliveira/Hingryd de Freitas: Mais uma situação de inundação que você acompanhou. A partir dessa experiência você não queria mais trabalhar na Desenvale?

Guiomar Germani: Trabalhar para a empresa do lado de lá da barragem. Hoje o meu lado é o lado de cá. Houve uma mudança no governo para Waldir Pires. E, com isso fui para trabalhar na CAR (Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional), que era a empresa pública responsável por todo o repasse de recurso do Banco Mundial para a agricultura familiar. Com o I PNRA, estava assumindo, naquele momento, a execução dos planos de Reforma Agrária sob responsabilidade do INCRA-BA. Então, eu vou trabalhar na CAR, na elaboração de Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). Acompanhei a implantação do Projeto de Reforma Agrária Angical, o primeiro projeto de reforma agrária na Bahia. Então, mesmo fazendo os planos para crédito produtivo, íamos para área, e eu podia acompanhar a implantação dos projetos de assentamentos.

Comecei a ficar muito curiosa e inquieta com as ações de planejamento espacial que estavam sendo pensadas para uma as áreas de Reforma Agrária. A política de reforma agrária é uma política de Estado, que tem também de pensar a implantação desses assentamentos, a localização, o tipo de parcelamento, a divisão do lote e a perspectiva de desenvolvimento. E em Angical aconteceu uma coisa assim impressionante, porque Angical foi resultado da ação de vários movimentos sociais que organizaram a ocupação, com repercussões também no arranjo espacial. Eu tinha formação em planejamento urbano e regional, e me preocupava com a dimensão da organização do espaço. Acompanhei por um tempo e senti a necessidade de estudar, de entender melhor o que estava acontecendo. Eu não estava na universidade, eu era uma técnica do Estado.

Então, eu escrevo um projeto para, justamente, entender a questão da organização do espaço nos projetos de Reforma Agrária, pleiteio uma bolsa de doutorado do CNPq e vou para a Espanha. Entro com um projeto de organização do espaço em áreas de Reforma Agrária, mas termino trabalhando a questão agrária e os assentamentos de população na área rural, onde eu vejo essa questão dos assentamentos de forma mais ampla, não se limitando à Reforma Agrária, mas, também, aos projetos de colonização, de irrigação e reassentamento. Considerando que o espaço geográfico não é nem homogêneo e nem neutro, todos esses tipos de assentamento vão ter uma questão específica com relação a sua implantação: aonde eles vão ser implantados, aonde vão ser colocar as roças, as casas, as estradas, acesso à água...tem de ter um conhecimento também físico desse espaço com repercussão na produção e na vida das pessoas assentadas. Então não é só você parcelar os lotes e projetar as casas. No meu entender estas eram questões importantes para o assentado, depois de toda a luta empreendida para conquistar a terra, enfrentar o desafio de permanecer, produzir e se apropriar dos frutos de seu trabalho pressupunha, também de condições objetivas favoráveis. O que eu denomino a outra cara da luta pela terra

Hingryd de Freitas: Isso em que ano?

Guiomar Germani: Eu fui fazer o doutorado no final de 1988 e volto em 1993. Vou primeiro para cidade de Santander, para a Universidade de Cantábria. A recomendação que eu dou para quem quer fazer o doutorado no exterior, recomendo que vá, é uma experiência única. Mas, veja bem aonde e com quem vai trabalhar. Eu fui meio no escuro, e não estava tendo o retorno que eu esperava de

orientação, de contato com a universidade, tanto eu quanto Luiz Antônio pois fomos fazer o doutorado juntos. E conseguimos mudar de Universidade, fomos para Universidad de Barcelona. Eu tive a sorte de Horácio Capel me aceitar como sua orientanda. Daí eu reconhecer Horácio Capel como meu padrinho de batismo e, mais tarde fui crismada por Carlos Valter, o padrinho querido que nos deixou... Terminei o doutorado, voltei e continuei trabalhando na CAR. Porque é uma coisa assim, eu fiz escola normal, pra ser professora, eu sempre gostei de dar aula, na realidade era mais um sonho, quase uma ilusão, pois eu só tinha dado aula no meu estágio da escola normal, por uma semana! Era o que eu queria, mas toda vez que eu chegava perto de uma escola, outro movimento me chamava. Desta vez eu disse: agora vou entrar numa sala de aula!

Hingryd de Freitas: Mas antes de falarmos de seu ingresso na universidade como professora, ainda sobre a experiência com seu doutorado. Sua graduação foi em administração de empresas, o seu mestrado em planejamento urbano e regional. Fala um pouco como se deu a escolha pelo doutorado em geografia, dentre tantas outras possibilidades?

Guiomar Germani: O que eu vou dizer? eu não posso dizer que eu escolhi a geografia, não vai ser correto dizer que “eu queria fazer doutorado em geografia e eu escolhi a geografia!”, vou te dar a resposta que eu dei para Carlos Walter na minha banca. Acho que a geografia me escolheu, eu já estava na geografia, entendeu? E se eu contar para você o que foi decisivo para confirmar isto, para eu fazer o doutorado em Geografia, você não vai acreditar! Eu recebi um prospecto em casa de um curso de pós-graduação em geografia da universidade de Cantábria, chegou na minha casa, no correio. Daí eu fui procurar saber mais a respeito. Um conhecido nos deu maiores informações. Bom, os caminhos foram se abrindo, e foi assim que fomos fazer o doutorado em Geografia. Eu acho que eu queria a Geografia, mas não foi uma coisa deliberada, eu queria continuar estudando, e como minha curiosidade era com relação a organização do espaço dos assentamentos na área rural, eu acho que a arquitetura não daria conta dessa minha curiosidade, acho que tinha de ser a Geografia que iria abrir os caminhos para eu entender, porque não era a construção de infraestrutura, não era só a arquitetura ou de projeto, era esse conjunto de conhecimento do espaço geográfico e da definição de questões que me inquietavam e instigavam.

Claudio Gonçalves: E acho que aí você já não estava mais referenciada no Estado, no planejamento regional, você já estava junto com aqueles que eram os impactados, já passou a olhar para o outro lado, como você disse.

Guiomar Germani: Verdade, Bira. O que eu sentia? Gente, esse pessoal fez uma luta enorme para entrar na terra, conseguiu a terra, conseguiu a demarcação dos lotes, conseguiu os créditos, conseguiu tudo, mas não tem futuro! Por que o que é? produção e reprodução para/da vida deles. Então, dadas as condições objetivas recebidas, como espaço geográfico e físico, são determinantes: o que vai poder plantar? o que se vai fazer e aonde? aonde vai construir a casa, onde tem água, onde não tem água, como produzir e escoar a produção... Porque tem que ter esse conhecimento do espaço físico para poder implantar as atividades humanas e que se obtenha respostas na produção. Esta era uma preocupação que eu tinha, porque em algumas situações estava muito claro que ia ser um fracasso total. Lotes que eram pura pedra ou banhados, assentamentos sem acesso à água, isto significa matar o agricultor na raiz! E outra coisa, também, que me preocupava, e daí é uma coisa de passado, porque eu morei em cidades de expansão de fronteira pioneira, cidadezinhas pequenas, que progrediram e

viraram cidades enormes. Então, se hoje você pensa uma comunidade, uma área de assentamento para 100 famílias, 200 famílias, aquilo não vai ficar estático. Existe uma perspectiva de crescimento, de ampliação, como que isso é pensado? Como se organiza o embrião de alguma coisa para que possa se desenvolver com uma determinada lógica e com uma perspectiva? Eram preocupações que me acompanhavam, porque a Reforma Agrária é uma construção, é um processo. A Reforma Agrária é um processo contínuo, então essa é uma questão que me preocupava. Buscar entender isso. E quem promove a política de Reforma Agrária é o Estado, a responsabilidade é do Estado.

E quando eu volto, continuo trabalhando no Estado. Mas, realmente, é muito complicado. Porque essa percepção, de que a Reforma Agrária não é um projeto de Estado, nem de direita e nem de esquerda, também não é, ainda, um projeto da sociedade, só acontece pela pressão dos movimentos sociais. Acho que o próprio movimento social demora para entender isso, porque tem todo um processo, urgente, de entrar na terra, garantir terra, qualquer terra, depois que começam entender que não é qualquer terra, tem que ter qualidade, com boa localização e condições de produção, tem que ter acesso à água...

Mas, voltando a Capel, acho que Capel me ensinou a questão do método dentro dos processos da história. Essa historicidade é importante, nada é de agora. Mas é resultado de um processo, de um devir e aponta um porvir. Capel trabalha com história do pensamento geográfico, tem uma produção reconhecida no urbano. Mas, como geógrafo, vai ter um método de análise para entender o espaço geográfico, identificar a lógica de produção tanto no urbano como no rural. Ele me ensinou muito a trabalhar com o processo histórico da formação, do espaço geográfico e da sua produção e compreensão. Por isso que, quando eu vejo os assentamentos, eu volto na história para entender e a depender das condições dadas, arriscar delinear as perspectivas.

Hingryd de Freitas: Essa perspectiva da historicidade dos processos você incorpora de forma muito marcante ao longo da sua trajetória né?

Guiomar Germani: A historicidade dos processos gerais e dos processos da vida da gente também. Porque a história não é uma história só individual, mas é uma história do movimento com quem a gente vive e convive, a cada tempo. É sempre coletiva e contextualizada, no meu tempo e nos tempos que estudo... Mas vamos apressar essa história, que tá meio demorada [risos].

Gilca de Oliveira: Vamos falar agora da UFBA, do seu batismo de crisma.

Guiomar Germani: Eu acho que a vida da gente também tem umas coisas que se idealiza o que vai acontecer, mas você não sabe como que isso vai acontecer. Então, como eu já disse, eu sempre quis entrar na universidade, sempre quis dar aula, mas os caminhos sempre se abriam para outros lados. Eu fiz o doutorado sem estar na universidade, mas depois do Estado eu pensei “não é aqui que eu quero trabalhar”. O último projeto que eu participei foi o Projeto Áridas, financiado pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), e foi um embrião da política de desenvolvimento territorial. Eu não tinha ainda esse reconhecimento claro, mas era um projeto que criava as condições para a implantação da política de desenvolvimento territorial, extremamente interessante, mas que não deu o resultado esperado. Minhas possibilidades no Estado tinham chegado num limite e eu decidi buscar contato na Universidade. Mas pensei “Vou entrar por onde? Em Administração?” Não conhecia ninguém da Geografia. Vou contar para vocês, para vocês verem como são as coisas da vida: um dia estávamos com o tempo curto para almoçar, fomos fazer um lanche no

McDonald's e encontramos o Prof. Silvio Bandeira de Melo e Luiz Antonio me apresentou a ele. No Áridas eu tinha lido um artigo dele, que ele fazia uma perspectiva sobre a população baiana, daí eu perguntei “O senhor acha que se realizou isso?”, ele respondeu “Nunca ninguém me perguntou isso!”. Aí ficamos conversando. Ele era uma pessoa assim muito agradável, muito gentil. Daí ele perguntou “Você tá fazendo o que?”, eu falei “Eu tô na CAR”, ele fez “Você não vai para a universidade?”, eu falei “Estou pensando em entrar em contato com o pessoal da administração”. Então, ele me recomendou “Não, vai lá para a geografia. Vai ter concurso para professor substituto e você pode fazer”. Fiz o concurso e, finalmente, entrei numa sala de aula que eu tanto sonhava! Entrei numa sala de aula para dar aula para calouros, no cursos de ciências sociais e geografia – Fundamentos da Geografia Humana e Econômica –eram duas turmas de calouros, 50 alunos cada uma. Nunca tinha entrado em sala de aula. E daí quando entrei, eu falei “Todo mundo é calouro aqui, vocês e eu, então vamos embora trabalhar!”.

E daí eu fiz a complementação do meu curso de geografia como professora substituta. Porque eu continuei trabalhando na CAR. Eu tinha licença nos horários para dar aula, mas eu tinha de dar aula em geografia, né? Caraca! Eu tinha feito o doutorado em geografia! Eu não tinha estudado para ser professora de geografia... E daí eu chegava em casa do trabalho, tomava banho e sentava para ler, preparar a aula, virava a noite. Quando o galo cantava de manhã tomava um banho, um café e ia para a aula. Eu dava aula às 7h da manhã... complementei meu “curso livre” de Geografia, com o “curso intensivo noturno”. E foi uma experiência extremamente agradável e desafiadora para mim. Alguns alunos, eu encontro hoje que ainda lembram. Meus calourinhos! E foi muito bom. Trabalhei uns dois anos como substituta, quando abriu um concurso para professor efetivo e eu fiz. Então, eu terminei o doutorado em 1993, assumi como professora substituta de 1994 a 1996, em 1996 eu fiz o concurso.

Hingryd de Freitas: Ainda sobre a experiência como professora substituta, com quais autores da geografia você mais dialogou nesse momento?

Guiomar Germani: Olha, basicamente Antonio Carlos Robert de Moraes e sua “Pequena História Crítica”. Depois, lógico, vão sendo incorporadas outras referências, mas foi a minha base. Manuel Correia de Andrade também. Participei do encontro do ENGA, com Manuel Correia de Andrade, uma pessoa encantadora. E também Capel, embora usasse pouco seus textos com os alunos, usava mais Milton Santos – fiz uma coletânea de textos de Milton Santos que considero poderosos para exercitar o olhar geográfico – e Ruy Moreira. Em Geografia Econômica usava muito David Harvey, também a “A valorização do espaço” de Antonio Carlos e Wanderlei Messias da Costa. Sem dúvidas, minha aproximação com os autores da geografia se estreitou bem mais nesse momento em que precisei aprender para ensinar e aprender ensinando.

Gilca de Oliveira: Milton Santos na UFBA?

Guiomar Germani: Milton Santos eu já tinha tido aula com ele no PROPUR, quando ele volta do exílio ele vai dar aula lá no Rio Grande do Sul. A UFRGS queria que ele ficasse lá, eu conhecia Milton Santos, pessoalmente, de lá. Porque Planejamento Urbano e Regional tem de levar em conta a geografia em sua formação, né? Eu conhecia muito de seus textos e usava em sala de aula. Alguns colegas se surpreendiam, pois achavam uma leitura muito difícil de trabalhar com alunos de graduação. Também cabe fazer referência a outros autores com quem aprendi muito, José de Souza Martins e Otávio Ianni, que eu já conhecia e também me aproximei das leituras de Ariovaldo

Umbelino de Oliveira, que eu não conhecia, Eu nunca tive aula com Ariovaldo, mas eu o considero como meu mestre, ao lado de Capel.

Hingryd de Freitas: Um primeiro diálogo então com Milton Santos ainda no PROPUR, Horário Capel e Ariovaldo Umbelino no doutorado, até ir incorporando outras referências como professora substituta na UFBA,

Guiomar Germani: Isso que eu digo que eles me salvaram no desafio de entrar em sala de aula porque eles davam a base, e eu conseguia complementar com outras questões e avançar. Eu dava aula de geografia econômica, para alunos do curso de administração e economia, e era uma coisa impressionante como eu notava que os alunos de administração e economia conseguiam incorporar as categorias geográficas nas suas análises, ampliavam sua compreensão, enquanto os alunos da geografia tinham mais dificuldade em incorporar as categorias da economia. Eu notava muito isso, me preocupava. Mas ter dado aula como professora substituta foi uma boa experiência e foi o que me capacitou, o que me deu forças e ânimo para eu fazer o concurso. A lista de pontos tinha dez pontos, praticamente a geografia humana toda! Sentei, escolhi o primeiro e o segundo ponto para preparar, se eu não tivesse preparado mais nenhum eu tinha entrado, porque foram sorteados justamente o primeiro e o segundo pontos que eu preparei. Na banca estavam a Regina Celeste, Carlos Walter Porto-Gonçalves e uma outra professora que me desculpem, mas não me lembro o nome dela, era Alagoas. Na prova escrita caiu o tema “do fordismo à acumulação flexível”, e eu tinha lido o livro de David Harvey e esse era, exatamente, o título do capítulo, eu já tinha lido no meu curso para os alunos de geografia econômica, eu trabalhava muito esse tema com eles. Eu até pensei “que falta de criatividade né, mesmo título do livro” [risos]. E a prova didática, eu não me lembro o título exato, mas foi sobre a questão da energia, de barragem, que era minha praia... eu fiz as duas provas – a escrita e a didática – e faltava a defesa do memorial de títulos. A defesa do memorial foi no auditório entupido de gente Eu sinto falta, hoje, quando tem concurso das pessoas irem assistir. Lógico que dá um frio na barriga, mas dá também uma força, você olha nos olhos da pessoa quando tá falando, não é só aquela banca que tá te julgando ali, é quase um julgamento coletivo. Mas daí, na defesa do memorial Carlos Walter começou assim: “Olha, a banca já avaliou seu trabalho escrito, já avaliou sua aula didática, agora você vai ser uma professora de geografia, a sua formação não é em geografia. Então, a responsabilidade da banca é muito grande pra ver como que é o teu conhecimento, a tua formação em geografia para você ensinar. Então, a banca resolveu fazer três perguntas” – olha a sensibilidade, eu já falei para ele isso publicamente em uma homenagem, a sensibilidade dele naquele momento – ele falou assim “A decisão vai ser dada em cima da resposta a essas três perguntas”, eu falei “Que venha”. Daí veio a primeira pergunta: por que eu escolhi a geografia? Eu comecei a responder, e cheguei à conclusão assim, que eu não escolhi a geografia, quando eu me dei conta eu já estava na geografia, a geografia que me escolheu, mais ou menos assim. Daí eu falei um pouco da minha trajetória – mais sintética do que nesta entrevista, lógico –, lá pelas tantas ele me interrompeu e falou assim “devo dizer que as duas outras questões já foram respondidas”. Daí pronto, me aprovaram. Então eu digo o seguinte, que Carlos Walter me virou do avesso, para ver se minha alma era geográfica, entendeu? E ele comprovou! E, por isso considero que ele é o meu padrinho de crisma da geografia. Ele me “confirmou” num auditório enorme e cheio de gente. Então, eu sou muito agradecida a ele e me sinto assim uma geógrafa confirmada!

Logo quando eu assumo na UFBA, como professora efetiva, submeti um projeto de pesquisa ao CNPq, na categoria de Projeto Integrado de Pesquisa. Eu gostava de ensinar, mas gostava também de

pesquisar, daí eu monto um projeto de pesquisa com o título “A geografia dos assentamentos na área rural”, para dar continuidade ao que eu tinha trabalhado no meu doutorado, um pouco do que a gente tinha falado, você não dá conta de tudo, fica muita questão, surgem outras e eu queria continuar, queria fazer mais campo, queria pôr o pé mais no chão, ver a conclusão que eu tinha chegado, justamente essa questão da produção e organização do espaço.

Claudio Gonçalves/Gilca de Oliveira: Até então a ideia do GeografAR ainda não tinha aparecido na sua cabeça?

Guiomar Germani: Não, o título do projeto era “A geografia dos assentamentos na área rural”, era um nome, não tinha sigla. Isso foi em março de 1996, o CNPq aprova o projeto com dois bolsistas, e era para estudar alguns assentamentos que eu já tinha selecionado, que eu conhecia, mas não tive tempo de trabalhar tanto. Um deles era o [Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, e cinco assentamentos de reforma agrária que tinham características espaciais diferenciadas que se identificavam no desenho, na forma. A forma revela a estrutura. Eu queria ver qual era a estrutura que revelava aquelas formas e qual era o processo, não só da construção dessa forma, mas do devir. Então, era esse meu objetivo. Eu tinha dois bolsistas, e um dos bolsistas – Jadson, já tinha feito economia e estava fazendo história – falou “Professora, o Projeto tem que ter uma sigla [risos], porque lá na economia tem sigla”. Foi ele quem sugeriu “GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural”, com o G e AR maiúsculo, para marcar a Geografia da Área Rural. Depois, ele tomou outro rumo na vida, mas deixou aí a sigla do GeografAR, que é um nome e também um verbo que vamos conjugando em diferentes tempos e pessoas. Bom, voltando ao Projeto, a partir daí, começamos a estudar os cinco projetos e a perceber que eles tinham que ser estudados num contexto mais amplo. Foi aí que começamos o nosso Banco de Dados. Na tese eu já tinha um embrião de um Banco de Dados, com os projetos de Reforma Agrária e o seu mapeamento, na Bahia e vamos incorporar os acampamentos. Começamos a trabalhar muito próximo ao MST, que estava chegando no Recôncavo, e essa aproximação foi fundamental para os passos iniciais do GeografAR. Imagine, o CNPq aprova o projeto em março de 1996 e, em abril de 1996, acontece o massacre em Eldorado de Carajás. Então, isso marca, confirma a importância do que a gente ia trabalhar: movimentos sociais e Estado, política de Reforma Agrária. E, também, definindo nossas bases iniciais da pesquisa: Estado, através do INCRA; movimentos sociais, através do MST e a universidade, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Eu considerava as forças que produziam esse espaço e o espaço que passamos a circular, né?

Então o que é interessante pontuar? Que a gente parte disso, dessa proximidade com os movimentos sociais a gente desenvolve com os projetos de extensão, e prioriza o Recôncavo da Bahia, quando o MST começa a chegar no Recôncavo, muito junto com as coordenações regionais. Todos os assentamentos do Recôncavo, a gente acompanhou desde a ocupação e acampamento. Ocupou, acampou, a gente estava lá! Já para fazer atividades de extensão, oficina de geografia... E, em abril, era o mês que a gente trabalhava direto, porque o MST vinha para Salvador, em marcha, ocupava o INCRA, e nós íamos ocupar junto, mas ocupar como Universidade, e fazíamos também atividades na Universidade. Eles ocupavam, também, a Universidade. Fomos, também, tendo clareza que Movimentos Sociais e Universidade tem papéis diferenciados, a gente se identifica com os mesmos sonhos e utopias, mas a nossa contribuição para a sua construção e realização é uma, a deles é outra. A Universidade é uma trincheira de luta também. Nós temos que, dentro da nossa trincheira, usar as nossas armas, que são as armas do conhecimento para a nossa formação e em constante diálogo com

sujeitos. Então foi muito rica essa proximidade e confiança com o MST, essas atividades que a gente fazia, a gente vivia nos assentamentos, porque eram muitos próximos de Salvador. Sexta-feira a gente ia para campo e voltávamos na segunda. Se tinha carro ok, se não tinha carro ia de carona, ia de ônibus, ia de van. O pessoal pegava a gente na beirada da estrada, a gente ia para campo. E fazendo sempre as Oficinas de Geografia, a gente trabalhava no local, mas também ia mantendo e ampliando o banco de dados com as informações oficiais, com o que tinha o Estado, e o que era do movimento, das ocupações. Então teve tempo, porque o projeto vocês sabem muito bem, depende de quem está carregando o piano naquele momento. Então, tem épocas que as coisas são mais atualizadas, há uma manutenção mais constante, e tem época que não, eu digo que tem que ter gente para pegar a criança no colo, senão não cresce, não anda. A gente teve durante um bom tempo um banco de dados muito atualizado sobre reforma agrária que ultrapassava as informações do Estado, porque tínhamos todas as informações oficiais e as nossas informações que tínhamos dos projetos mantido, basicamente, pelos estudantes de graduação. E, desse processo, acho que é interessante destacar, que tinha povos originários, quilombolas, fundo de pasto, não é que a gente desconsiderasse, mas a gente não tinha ainda conseguido trazê-los para a Universidade e dar uma atenção como um grupo social que merecesse um espaço digno na Universidade. Digo assim, abrir o território da Universidade para eles, para pensar de forma mais teórica, mais acadêmica, entender e explicitar suas presenças e existências. E daí, Gilca e Hingryd, acho que é fundamental a gente lembrar a nossa participação no II Plano Regional de Reforma Agrária, em 2004, quando Marcelino Galo – hoje deputado estadual (PT-BA), que à época estava na Superintendência Regional do INCRA na Bahia – e nos convidou para contribuir com o II Plano Regional de Reforma Agrária da Bahia. Lembrando que o II PNRA (em 2003) incorporou, para além da reforma agrária, esses outros grupos sociais. Importante, mas imaginem, basicamente a mesma estrutura institucional do INCRA, que não davam conta da reforma agrária, e passa a incorporar tudo: povos originários, atingido de barragem, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, fundo e fecho de pasto, extrativistas, cigano, entre outros... era um desafio enorme tentar entender quem eram e onde estavam na Bahia para elaborar o “Plano” e “quantificar” as metas.

Nós já tínhamos iniciado estudos com os quilombos – numa viagem de campo da disciplina de Geografia Agrária para Bom Jesus da Lapa, um aluno falou “Professora, eu quero trabalhar no GeografAR e quero trabalhar com quilombo”. E começamos com a mesma metodologia da Reforma Agrária, com a construção do Banco de Dados Quilombola, a partir do que se tinha disponível, e a gente tinha como referência o trabalho de Rafael Sanzio, que havia feito mapeamento dos quilombos do Brasil²⁴. Então, partimos do recorte da Bahia, fomos checando município, comunidade, e fomos incorporando ao que tínhamos de informação específica.

Aí, na elaboração do II PRRA foi assim, juntou a fome com a vontade de comer... Montamos uma oficina, lá no INCRA, chamamos todo mundo que tinha alguma relação com quilombo, e fomos checando e ampliando o que tínhamos em nosso Banco de Dados. E fomos fazendo o mesmo para outros grupos sociais que foram incorporados no II PNRA, como os Povos Originários, Fundo e Fecho de Pasto, Pescadores tradicionais, atingidos por barragens... Então vamos nos aproximando mais desses grupos sociais e passamos a diferenciar a “luta pela Terra” empreendida pelos trabalhadores rurais em sua luta para terem acesso à terra e pela reforma agrária e a “luta na Terra”, empreendida pelas Comunidades Tradicionais em sua luta para permanecer na terra e pela regularização fundiária.

²⁴ Eu entrei em contato com Rafael Sanzio para conhecer a metodologia que tinha usado para o mapeamento.

Hingryd de Freitas: Mas voltando um pouquinho, ainda sobre o processo de aprovação no concurso da UFBA, ainda não era a disciplina de Geografia Agrária, né? Acho que é importante você falar como você chega na disciplina de Geografia Agrária. Outro marcador na sua trajetória, que você destacou na sua fala, é o tripé ensino, pesquisa e extensão. Importante você falar da experiência formativa com o MST no encontro dos sem terrinhas e no Curso de Cartografia. Você sempre se refere como a primeira atividade extensionista da UFBA com o MST, através do Projeto GeografAR,

Guiomar Germani: Sim, foi logo que entrei na UFBA, a disciplina era denominada por seu número – GEO 169 – mas fui dando um conteúdo e foi renomeada de Geografia Agrária. Também logo no início da aprovação do Projeto pelo CNPq, a UFBA lançou um edital para projeto de extensão, mas que tinha que ser feito junto com os movimentos sociais ou melhor, grupos vulneráveis. Minha colega de departamento, professora Dária Cardoso, da área de Cartografia, já tinha feito uma proposta, mas não tinha sido aprovado porque os sujeitos não atendiam os requisitos. Ela propôs fazermos um projeto juntas para um Curso de Cartografia para professores de escola de acampamentos e assentamentos do MST do Recôncavo e da Chapada. Foi uma coisa extremamente interessante, nós trabalhamos com professores que não eram nem formados e nem formalizados, mas que trabalhavam com educação nas frentes de luta. Foi a primeira vez que o nome do MST aparece nos documentos da UFBA, e isso continuou com as atividades de extensão que a gente realizava em abril e com outras atividades de formação. E o que é interessante? Era uma formação que a gente trabalhava com o Movimento, mas era formação, para nós também. Não tem essa questão da extensão de levar o conhecimento para o outro que não sabe “nada”, é troca de saberes. Eles sabem uma coisa e nós sabemos outra, a gente vai discutir o que a gente sabe e aprender o que não sabemos, né? Mas essas atividades de extensão são muito marcantes e eu acho que isso sim é o que dá vida para o GeografAR porque cria uma relação para quem faz uma pesquisa, a gente criar essa relação de trocas de saberes, vai se estabelecendo uma relação de confiança, de respeito e de compromisso.

Outra coisa importante daquele momento era que a Universidade era muito demandada, tanto pelos movimentos sociais como pelo Estado e conseguimos motivar o reitor da UFBA Prof. Felipe Serpa – que era muito envolvido e sensível ao compromisso da universidade a estas causas – a criar um Grupo Especial de apoio à Reforma Agrária, junto a reitoria. Embora se tenha, hoje, muitos colegas envolvidos nestas causas, não se conseguiu recriar este grupo especial que, de certa forma, dava uma institucionalidade e consistência a estas ações.

Sempre fazíamos acontecer o “Abril Vermelho” na Universidade, mas ainda não com o nome de JURA. Era extremamente interessante, porque as atividades eram das mais variadas: oficinas, encontro dos sem terrinhas, as cirandas... Havia muitos alunos nossos que eram professores de escolas, então se faziam o encontro dos sem terrinha com seus alunos e sempre se fazia discussão sobre Reforma Agrária na Universidade. Essa relação foi sendo consolidada, e as atividades de extensão davam sentido ao grupo fortalecendo o tripé ensino-pesquisa e extensão. Outra atividade de extensão que era muito forte, eram os estágios do Curso de Licenciatura. Sempre que tinha alguém do GeografAR nas turmas de estágio, este era feito nas áreas de assentamento de reforma agrária. Ainda não tinha o curso de Educação do Campo, não era ainda nem a realidade do PRONERA, mas eram pessoas que sabiam um pouco mais de ler e escrever e assumiram como professores nas frentes de luta. Então a gente trabalhava muito essa formação, e era uma experiência para os professores e para os futuros professores. Os professores da Faculdade de Educação também estavam abertos a isso, a profa. Maria Inez Carvalho, que era responsável pelo estágio, acolheu a ideia de que o estágio pudesse ser realizado numa área de assentamento, foi toda uma construção institucional. Eu nunca vou me esquecer de uma

avaliação do estágio que foi feita, onde se colocava o que cada um aprendeu, daí um professor da área falou assim “A coisa mais importante que aprendi foi entender um mapa, porque eu sempre gostei, sempre achei lindo o mapa, sempre tinha mapa na minha parede, mas eu não conseguia, não sabia ler o mapa”. E um aluno, formando em licenciatura em Geografia, falou “a coisa mais importante que eu aprendi é que sem terra é gente igual a mim”. Isso me impactou muito, porque até então para ele não era gente como ele! Um formando em um curso de licenciatura que iria entrar em sala de aula para dar aula.

Gilca de Oliveira: Acho que tem uma coisa também interessante que você acaba construindo com esse tipo de trabalho, com essa legitimidade, com essa confiança com os movimentos e com uma atuação presente com alguns órgãos do Estado, mas crítica também com esses órgãos, meio que mantendo esses laços, trazendo os compromissos para essas instâncias do Estado, o Incra, a SEPROMI, que acaba trazendo uma contribuição em torno dos mapeamentos, que eu acho que é o reconhecimento desse esforço que você traz ao longo dessa trajetória na coordenação do GeografAR de estar apontando esses sujeitos, de estar com esse banco de dados sempre o mais atualizado possível, de estar sempre qualquer atividade leva a lista, confere, checa, atualiza, então a sua seriedade, o seu compromisso nessa manutenção dessas informações. De dar luz, dar vida a esse campo.

Guiomar Germani: E tem também uma coisa a considerar, Gilca, que tudo que a gente conseguiu do GeografAR é resultado de um trabalho coletivo. Porque tem que ter gente que faz, se a gente não tivesse encontrado com parceiros e parceiras que comungassem com isso, a gente não daria conta, não é um trabalho de uma pessoa, é um trabalho coletivo de produção do conhecimento. A própria coordenação, que nós duas dividimos, é um desafio e um grande aprendizado, né? A outra coisa é que, talvez, essa minha determinação de vida de conhecer, de saber onde que estão esses sujeitos e quem são, talvez possa ser alguma coisa que eu traga lá de trás do planejamento e da administração. Por que o que é a política pública? Você tem que pensar ações no espaço, tem que saber onde estão esses sujeitos e quais são suas estratégias para vencer, para enfrentar isso. Então você ter estas informações mais atualizadas possível, pelo menos se tem uma dimensão do que é, tanto para o Estado, que coloca o desafio e responsabilidade dentro da sua política, como também coloca para os movimentos sociais, explicita sua presença e sua força. Porque eu me lembro nas oficinas, quando a gente trabalha o mapa de Comunidades quilombolas identificadas, por exemplo, o pessoal perguntava “Ô professora, tem tudo isso?”, daí a gente brincava “O que que falta para esses pontos se levantarem do chão? Isso que a gente quer, um levante quilombola!”. Mas dá uma dimensão, espacializar. Dá uma dimensão impressionante para os fenômenos, e mostra forças ou debilidades, mostra estratégias, visualiza os nexos. O mapa é um instrumento de representação, por isso o banco de dados e o mapeamento, são as duas coisas que trabalham muito juntas. O Banco de Dados tem as informações por município e, inicialmente, era só localização do fenômeno no município com um ponto. Depois, vamos criando condições de fazer o georreferenciamento de alguns grupos sociais e isto permite ver outras dimensões, você pode fazer outras leituras, do Estado, se quiser; das frentes de expansão do capital e dos movimentos sociais, se quiser. Então as informações representadas no mapa, a questão da mineração, por exemplo, quando se faz um mapa das áreas com autorização de pesquisa, é um negócio impactante. Eu me lembro de algumas oficinas que eu trabalhava – nem era aquele mapa mais elaborado que que Lucas e Valdirene estão produzindo –, era um mapa bem singelo e as áreas com autorização de pesquisa era em preto e branco, um mapa “pesado” que a gente trabalhava nas oficinas. E num começo de manhã encontrei uma pessoa que me disse: “Professora, nem dormi de noite

pensando na senhora”, aí eu perguntei “O que que foi?”. Daí ela falou “Aquele mapa da mineração, me assustou muito”, porque pegava toda a área dela, ela se localizou no município, não tinha nem uma parte branca, tudo tomado. E eu fiquei assim preocupada, porque você fala as coisas que para nós é compartilhar um conhecimento colocado aí, mas para os sujeitos que estão recebendo essa informação, é uma informação que vai interferir na vida deles, né? E raramente é coisa boa.

Gilca de Oliveira/Hingryd de Freitas: Alguns resgates importantes aí, um diferencial da tua trajetória, que você consegue manter essa interlocução, tanto pensando a dimensão do Estado, quanto a dimensão dos movimentos sociais, é um diferencial. Guiomar tem essa fluidez, digamos assim, de manter esse diálogo, acho que é muito importante. Outra questão, quando eu destaquei esse tripé ensino, pesquisa e extensão como uma coisa muito forte, a questão das oficinas como metodologia. Então, é um elemento muito vivo no GeografAR, para além das entrevistas, a partir dessa relação de confiança com os sujeitos. Acho que as oficinas são um outro marcador aí. E aí ainda sobre a reforma agrária, você destacou sua experiência na elaboração do segundo plano regional, mas você também teve uma experiência com o Lumiar, eu acho que antecedeu... é porque é muita coisa [risos]. Porque assim, é uma coisa importante de compreender, e aí Guiomar coloca assim, não foi ela que escolheu a geografia, que a geografia que te escolheu, acho que isso Guiomar trouxe com ela, porque quando a gente pergunta assim “O que o GeografAR estuda?”. Não é simples, tipo “a gente vai estudar isso”, os temas chegam. E é nesse movimento também que o GeografAR vai se ampliando, sai de estudos e escalas mais locais, em áreas de assentamento, nesse recorte temático da reforma agrária, e nesse movimento do que vai chegando seja a partir dos próprios movimentos, das organizações, entidades, CPT, e também dos próprios estudantes e pesquisadores que vão chegando, como ele também nesse movimento vai se ampliando, incorporando outras temáticas, outros sujeitos, e ampliando também o sentido da reforma agrária. Entender o GeografAR nesse movimento, porque o GeografAR é movimento. Então, acho que isso também é importante, como a gente sai de estudos mais locais e vai incorporando ao longo do tempo a escala regional, em um primeiro momento ainda adotando como referências “regiões econômicas”, depois como “territórios de identidade” na Bahia. Mas, sem perder o contexto da Bahia e do mundo, da totalidade, então acho que isso é um movimento importante da gente compreender. E essas temáticas mais recentes da mineração, trabalho escravo, transição energética.

Guiomar Germani: Eu acho que talvez esse convite de Bira leve a gente a pensar um pouquinho mais nessa historicidade que a gente foi construindo, acho que é muito coisa para a gente dar conta em uma entrevista.

Gilca de Oliveira: Eu acho que seria interessante, porque a gente está falando um pouco das temáticas, tem uma coisa que a gente acaba chamando dos grandes projetos, onde estão os grandes projetos do GeografAR, sendo estruturantes no que vai sendo pesquisado. E as outras questões vão surgindo em torno desses grandes projetos, que é a reforma agrária, os quilombos, o trabalho escravo, a mineração, a transição energética. Mas eu queria que você aproveitasse quando você for falar isso, porque acho que vai envolver as pessoas, porque o GeografAR é essa coisa do movimento e o movimento de pessoas né? O que é o GeografAR hoje? Porque o GeografAR começou com esses dois bolsistas, hoje a gente tem um grupo com dezenas de pessoas, uma rede de pessoas, pessoas que já não estão mais, pessoas que são professoras, pessoas que nem estão mais na academia, mas que permanecem dando vida a essa Rede que nos traz esse desafio do novo. Dessas autonomias, mas

sempre imbricados, que a despeito das nossas diferenças essa temática nos une, e acaba que é uma grande família que se envolve, porque essas temáticas nos afetam, e também os afetos nos atraem.

Guiomar Germani: Isto Gilca, importante colocar isto. Começamos como um “Projeto Integrado de Pesquisa”, que foi ganhando forma como “Grupo de Pesquisa” e, atualmente, nos organizamos como uma rede Rede GeografAR”. Nossa articulação se dá através dos projetos estruturantes, de frentes de trabalho por temáticas e de trabalhos individuais. E daí que talvez não tenha explicitado muito o que é a nossa metodologia o nosso elemento articulador. Mas, a gente sabe o que ela não é uma camisa de força, e talvez isso que dá essa possibilidade de se trabalhar, porque temos claro os pressupostos fundamentais, e quais são os nossos compromissos, e com quem são os nossos compromissos, e como o conhecimento tem de servir a isso, senão não vale a pena, não tem sentido. Então essa metodologia de trabalhar a questão de teoria e empiria como parte do mesmo movimento, a questão da totalidade que não é só a questão da escala, mas como o movimento da totalidade se manifesta nos locais, até onde a gente vai perceber isso e até onde a gente tem a necessidade de explicar, para explicar esse local. E a outra coisa, só para fechar uma coisa que Hingryd levantou, a questão do Estado. Ninguém é ingênuo de achar que é o Estado que vai resolver todas as questões ou promover as mudanças, o Estado é a representação dessas contradições. Mas, também é um espaço de disputa, a correlação de forças muito desigual, que a gente tem que cobrar desse Estado, a política, desses compromissos. Então a gente não desconsidera o Estado, porque tem muita gente que acha que as coisas vão acontecer fora do Estado, como se fosse uma questão só da sociedade, dos grupos sociais. E a gente sabe qual é a própria origem do Estado, como disse Chico de Oliveira, ele é capturado pelas classes hegemônicas, né? Então, vamos disputar, e disputar com mais qualidade para garantir uma construção de outras bases de relações. E acompanhar as ações do Estado também permite a gente ver os limites e como se consegue avançar, não é só conseguir migalhas, porque as questões estruturais não se movem! Por exemplo, eu participei como representante da UFBA no Lumiar que, foi quando INCRA começa a abrir mão da assistência técnica para as áreas de reforma agrária e terceiriza essas ações. Eu sempre tive minhas resistências a isto. Eu acho que o Estado tinha a responsabilidade de manter os seus órgãos, os seus técnicos dando a assistência técnica. Não que não pudesse ter a participação qualificada dos movimentos sociais, mas você vai criar uma rede de assistência técnica que acaba sendo muito frágil e com outras possibilidades e interesses. São criadas as cooperativas de agrônomos, e os próprios movimentos e os sindicatos montam também suas cooperativas para contratar profissionais terceirizados. Pode ter sido até um avanço, mas eu acho que foi uma lástima porque o Estado, bem ou mal, tinha um corpo técnico qualificado que foi desmobilizado e que poderia ter sido direcionado para outro tipo de assistência técnica nos assentamentos.

Mônica Cox: Essa questão do Lumiar, vocês já vinham trabalhando, vocês já conheciam os sujeitos, então não foi o momento que esses sujeitos se apresentaram no Lumiar como técnicos? Então um processo também de rever a assistência técnica no sentido da horizontalidade?

Guiomar Germani: Tem uma coisa interessante aí, Mônica. Mas, acho que se coloca uma responsabilidade para os sujeitos que não é só eles tomarem sentido e assumirem qual assistência técnica que eles querem. Mas, do Estado largar mão da sua responsabilidade e colocar nas costas do movimento uma responsabilidade que, muitas vezes, não estavam preparados para assumir, porque significa gestão, formação, recurso, financeiro. Então, o sentido da horizontalidade, de incorporar esses sujeitos no que diz respeito a eles e ao seu modelo de produção agrícola é altamente positivo.

Mas, a forma de incorporação eu questiono, principalmente pela atitude do Estado de sair de campo com todos seus técnicos porque os movimentos ainda não tinham um corpo técnico qualificado e na dimensão que a realidade demandavam. Mas, foi através do Lumiar que a gente se envolve também com o Pronera, foi no primeiro encontro do Lumiar em Brasília, em 1998, que Bernardo Mançano, que estava envolvido na construção do Pronera, me passa um envelope para trazer para a Bahia para discutir e apresentar propostas ao Pronera. Tem toda uma história lá, mas que a gente consegue montar a primeira proposta para o Pronera na Bahia, envolvendo todas as universidades públicas, todos os movimentos sociais da Bahia e com a participação do INCRA. E daí, o banco de dados e os mapeamentos, que para nós tinham um sentido inicial de conhecer e explicitar, ganham um outro patamar quando passam a servir para a construção da proposta apresentada ao Pronera.

Voltando a falar sobre a prática do Banco de Dados e dos mapeamentos, não como uma finalidade em si, mas como um instrumento de pesquisa para chegar um pouco mais próximo da realidade e do chão que se pisa e vive, como esta contribui para a articulação do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão e, como Hingryd comentou, do outro tripé Universidade-Estado-Movimentos Sociais. O mapeamento das Comunidades Quilombolas, por exemplo, começa dentro do projeto de terras devolutas²⁵, e é um pressuposto que temos que as comunidades quilombolas, em sua grande maioria, ocupam terras devolutas. Então, começamos a fazer esse levantamento muito expedito, nas comunidades quilombolas certificadas. Começamos o levantamento pelas mais próximas de Salvador e fomos abrindo círculo. Mas a então CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário) se interessa pelo projeto e dá uma força e foi fundamental, senão não teríamos pernas para ir muito longe. Demos um curso de formação para os topógrafos da CDA que iam a campo e conseguimos fazer o mapeamento das comunidades quilombolas certificadas na Bahia, em 2013. Isso dá uma outra dimensão para o mapeamento, que não era um mapa que nós estávamos fazendo para trabalhar em uma oficina ou para apresentar num trabalho acadêmico, era um mapa que, lógico, construímos e compartilhamos com os movimentos sociais, mas consideramos extremamente importante o Estado assumir a publicação do mapa, mas não foi fácil chegar até aí²⁶. Isso dá um peso enorme para o mapa, porque quando o Estado publica o mapa das comunidades quilombolas certificadas, ele está assumindo aquela realidade, como existência e como responsabilidade sua. Porque na realidade, a certificação é um passo, que parte da auto identificação da comunidade, mas o passo seguinte, da regularização fundiária como reconhecimento dos direitos territoriais, é da responsabilidade do Estado.

Hingryd de Freitas: Guiomar, uma coisa importante, que antes desse mapeamento tem a participação nos primeiros RTID na Bahia.

Guiomar Germani: É, bem lembrado Hingryd, não falei, é de antes, de 2004, a temporalidade do processo está atrapalhada [risos]. Com o Decreto 4887/2003, se abrem novas possibilidades para a regularização fundiária de territórios quilombolas, através da elaboração dos RTID (Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas) e fomos convidadas pelo INCRA

²⁵ Projetos “Uma trajetória tortuosa: como chegar nas Terras Devolutas da Bahia?” e “Continuando no Tortuoso Caminho para Chegar às Terras Devolutas na Bahia”, apoiados pelo CNPq por um período, continua como um projeto estruturante.

²⁶ Quando foi para publicar o Mapa georreferenciado das Comunidades Quilombolas na Bahia, a CDA – então Coordenação de Desenvolvimento Agrário, hoje uma Superintendência – que deu apoio e era ligada à Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, e o então secretário não aceita publicar esse mapa com o nome de sua Secretaria. A publicação vai ser assumida pela SEPROMI – Secretaria de Promoção de Igualdade Racial, no ano de 2013.

para fazer os cinco primeiro RTID da Bahia. Marcelino Galo estava na Superintendência do INCRA-BA e ele desafia a gente dizendo “Vocês tem esse negócio de teoria, quero ver vocês porem a mão na massa agora”. E foi realizado através de um convênio de cooperação técnica entre o INCRA, a UFBA e a UNEB. A gente envolveu também a UNEB, porque tinha um colega – o professor Valdélcio Santos Silva –, que tinha uma relação grande com os quilombos no Rio São Francisco e achamos que era importante ele estar junto. Foi um desafio muito grande que a gente topou assumir, não é Gilca? Foram os primeiros RTIDs, não se tinha nenhuma referência e nosso intuito era, além de conhecer a realidade, construir uma metodologia para elaboração dos RTIDs.

Gilca de Oliveira: E assim, mais do que fazer os RTIDs a gente tinha o objetivo de fazer uma metodologia que fosse expedita e que pudesse ser replicada pelas próprias comunidades, a gente trabalhou duramente para fazer esses relatórios. Então, tentamos montar uma metodologia que fosse rápida e eficiente, pedimos que tivesse uma pessoa do INCRA junto acompanhando, para que isso tivesse um outro papel, de continuidade com mais presteza.

Guiomar Germani: Trabalhávamos sempre com os representantes locais nas equipes de campo. Então foi um trabalho muito bonito, tanto o processo de construção como o resultado. A nossa ideia de construir uma metodologia expedita era que as próprias comunidades pudessem fazer esses pré-relatórios e entregar no INCRA. Só que no meio do caminho, se o nosso objetivo era facilitar, teve uma coisa que eu acho que foi um complicador, que foi o laudo antropológico constituído como uma peça a parte. Construimos o RTID como um conjunto, era um documento só, não tinha separado um laudo antropológico. Foi uma experiência muito interessante na questão de conceber o espaço geográfico com os processos históricos do trabalho para a reprodução da vida das famílias, ao longo do tempo. O conhecimento daquele espaço, a construção de sua territorialidade e toda a resistência para defender seus territórios, foi uma experiência muito linda²⁷. Em seguida, os antropólogos quase me mataram porque eu disse, e digo, que isso é reserva de mercado. Não que você não precise fazer um trabalho antropológico muito bem fundamentado, porque é isso que vai defender e comprovar a permanência histórica deles naquele território, da sua ancestralidade, como garantia dos seus direitos territoriais. Mas, quando você faz um documento separado – um Laudo Antropológico e um Relatório – você complica muito. Os relatórios são um desafio enorme para fazer porque são peças muito complexas. Inclusive, desenvolvemos uma metodologia para justificar a dimensão do território reivindicado, que, no final, sempre é pouca a terra se considerar a perspectiva de continuidade desse modo de vida.

Hingryd de Freitas: Uma coisa importante, só para alinhar, que o GeografAR teve essa experiência, em 2003, com o II Plano Regional de Reforma Agrária, e como você mesmo falou provoca ampliar esse olhar para além das áreas de assentamento de reforma agrária e, em 2004, tem essa experiência dos RTIDs o que nos aproximou mais da temática de povos e comunidades tradicionais, para além das provocações e das pesquisas individuais. Se constituindo com tempo em uma das linhas de pesquisa do GeografAR, outra demarcação importante foi que, num primeiro momento, o referencial teórico adotado no GeografAR esteve mais próximo à produção do espaço, através das categorias forma,

²⁷ Inclusive, Flávio Assis, que hoje é coordenador da recém criada Divisão de Territórios Quilombolas do INCRA-BA (e que também passou pelo GeografAR) analisa esses RTIDs em sua tese de doutorado em Antropologia.

função, estrutura e processo. Hoje, o conceito do território, a partir das situações de conflitos e violências, lutas e resistências, assume maior destaque nos estudos do GeografAR.

Claudio Gonçalves: Pegando esse gancho, pensado a Pós-graduação, eu percebi até aqui que não houve nenhuma distinção dentro do GeografAR, dentro da sua trajetória que culmina no GeografAR agora, nessa leitura que vocês estão fazendo do GeografAR, de preparar ou de formar pensando nesses tripés desenhados e configurados, graduação para um lado e pós-graduação para o outro. Parece que mistura tudo, se forma tudo. E ao mesmo tempo, naquela última questão que a gente tinha pensado, dessa geografia que se faz hoje, como você pensa isso, uma geografia brasileira, como que faz essa geografia a partir de onde você geografiza, pensando esse país.

Guiomar Germani: Bira, não fazemos distinção entre alunos de graduação, seja da Geografia ou de outras áreas, de pós-graduação, o que vai, em última instância definir vai ser o interesse e a disponibilidade para trabalhar. Lógico, estão em patamares diferentes de caminhada de formação. Mas, de certa forma, cada qual vai definindo o alcance de seu voo no seu processo de formação.

Só para voltar na política de desenvolvimento territorial que a gente começa a discutir – e ir avançando um pouco na geografia que estamos fazendo –, a gente pegou essa transição muito interessante em termos de política e de regionalização do estado – de regiões econômicas para territórios de identidade. Assim como acompanhamos a transição do Programa de Cédula da Terra ao Crédito Fundiário... Mas voltando aos mapeamentos, um outro desafio que a gente assumiu foi o mapeamento de fundo e fecho de pasto, foi um dos últimos grandes mapeamentos que fizemos. E o que é interessante destacar? Um pouco disso que Hingryd colocou, que a gente sai da reforma agrária, vai trabalhando a outras formas de acesso à terra, através da luta, de grupos sociais que estão nessa disputa de territórios, vivenciando uma situação conflitos em seus cotidianos, mas que a gente trabalha cada grupo específico, de forma separada. Mas, quando consegue visualizar e unificar estes grupos sociais num mesmo mapa, por exemplo, vai confirmando a compreensão que a questão agrária em sua dimensão territorial unifica esses grupos, é o denominador comum que os unifica. Já tínhamos isso como um pressuposto que vai se confirmando de uma forma muito clara, não sei se Lucas vai concordar comigo, mas a gente trabalha reforma agrária, quilombola, fundo de pasto, indígena, pescador artesanal, tendo a questão agrária, em sua dimensão territorial, como o denominador comum. Mas o que vem explicitar claramente isso? quando a gente começa a trabalhar alguns fatos geradores de conflitos das frentes de expansão do capital os grandes projetos, mineração, transição energética (parques eólicos, solares, linhas de transmissão), a FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste Leste). Eles não pegam um grupo social só ou específico, é como se passasse uma moto niveladora em cima de quem tá na frente, não importa se é quilombola, se é fundo de pasto, se é camponês. Está atrapalhando? Sai da frente! E esta ordem é dada com o respaldo do Estado, com o nome de desenvolvimento.

Gilca de Oliveira: E também o conjunto de identidades que vão surgindo, que eu acho que o mapeamento de fundo e fecho de pasto vai dar isso para gente.

Guiomar Germani: A multiplicidade de identidades que são acionadas, falar uma coisa com cuidado, não só em função da ancestralidade. Mas, como essa ancestralidade se mistura para fundamentar a demanda por direitos territoriais. Então, tem uns grupos que num determinado momento eram fundo de pasto, mas também são quilombolas, e podem acionar a identidade quilombola na expectativa de ter

acesso mais facilmente ao seu território. E, tem outros que são de reforma agrária, tem acesso à terra através de projetos de reforma agrária, antes do Decreto 4887, quando não se tinha um marco legal específico para reconhecimento dos direitos territoriais de quilombolas. Mas que tem uma ancestralidade quilombola e demandam ser reconhecida. E daí, permite ter acesso a outras políticas públicas, então essas múltiplas identidades podem ser acionadas. Muitas vezes, para garantir o acesso às políticas públicas se classifica as identidades dos grupos sociais de acordo com as que já tem reconhecimento do acesso. No caso do mapeamento de Fundo e Fecho de Pasto, que Gilca se referiu, se identificou os “geraizeiros” grupo social com características específicas, que aparecem classificados como Fundo e Fecho de Pasto, mas que demandam um reconhecimento diferenciado destes, ainda sendo construído.

E também, uma coisa que talvez a gente precise trabalhar, é como analisar não os grupos sociais individualmente, mas como essas grandes frentes de capital vão limpando essas áreas que tem interesses, não se importando com quem esteja na frente. Então, eu acho que esse é talvez um passo que se delineia de continuar trabalhando, as especificidades de formação e constituição dos grupos, individualmente, sim, com seus marcos legais específicos. Mas, como esses grandes projetos, essas grandes frentes do capital, obrigam não só a gente visualizar essa força avassaladora e devastadora do capital, como também nos ajudam a pensar as estratégias de resistência, porque, por exemplo, comunidades de fundo de pasto e quilombolas vão ter situações diferenciadas de resistir a mineração, aos parques eólicos e solares...mas, estrategicamente, vão ter que estar juntos para enfrentar, para pressionar o Estado para rever essa política. Então, acho que uma das questões que queremos evidenciar em nossos trabalhos, é a questão agrária em sua dimensão territorial, sem desconhecer que a questão agrária tem várias dimensões, mas a questão territorial é fundamental, o fulcro de disputa. É a terra, como receptáculo de todos os bens da natureza, que passa a ser disputada e negada mesmo a quem tenha os direitos territoriais reconhecidos legalmente.

Claudio Gonçalves: Então pelo que você tá dizendo a questão agrária ainda é o principal desafio que se põe para a Geografia do Brasil.

Guiomar Germani: Exatamente. Primeiro, o desafio é o da compreensão da existência e permanência da Questão Agrária, não só como elemento constitutivo do mundo agrário, mas como elemento estrutural da nossa formação econômica e social, de nosso devir, mas também de nosso porvir. Sem dúvidas, a questão agrária tem várias dimensões – mais recentemente ficam explícitas as dimensões de raça, gênero, geracional –, mas, no nosso entender, a dimensão territorial é a estruturante. E o segundo desafio é como o conhecimento consegue contribuir com os avanços na formação política dos sujeitos para romper com estas estruturas. Sempre digo que se reconhece como patrimônio da humanidade o samba de roda, mas para reconhecer o chão para dançar o samba como direito de quem dança, são outros quinhentos! E mais, entender a questão agrária em sua dimensão territorial também alimenta a perspectiva da esperança, porque é nesses lugares que se disputam territórios e, que se disputa, também, as possibilidades de construir projetos diferentes de vida, de sociedade e de país.

E para finalizar, agradeço a oportunidade de nos aquecermos, nesta tarde fria e chuvosa, falando sobre o que nos dá energia para seguirmos geografando e conjugando o verbo GeografAR, em vários tempo e com várias pessoas. De certa forma, é o que me mantém na “ativa” apesar de estar há 22 anos aposentada! Peço desculpas por ter falado muito e espero que o que tenha falado atenda às expectativas. Quero também reconhecer que é a partir das trajetórias individuais em nossos territórios

coletivos de vida que a produção do Grupo de Pesquisa GeografAR, agora organizado em Rede GeografAR, se firma e afirma.


Referência

GERMANI, G. I. Os expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu x Colonos. Porto Alegre (RS): PROPUR/UFRGS, 1982. v. 1. 106p;


_____. Expropriado. Terra e Água: o Conflito de Itaipu. 1. ed. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003. v. 1. 266p;

_____. Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto e Parques Eólicos. In: Juracy Marques e Alfredo Wagner. (Org.). ECOCÍDIO DAS SERRAS DO SERTÃO. 1ed. Paulo Afonso (BA): Editora Sabeh, 2021, v. 1, p. 279-288.


SOBRE OS AUTORES

Claudio Ubiratan Gonçalves  - Graduado em licenciatura (1997) e bacharelado (1999) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (Graduação e Pós-Graduação). Membro do Grupo de Trabalho do CLACSO Pensamiento Geográfico Crítico Latinoamericano desde 2016. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Ordenamento Territorial e Ambiental, atuando principalmente nos campos das Geografias Econômica, Política e Regional nas seguintes temáticas: Movimentos Sociais, Educação do Campo, Educação Popular, Desenvolvimento Territorial, Soberania Alimentar, Assentamentos Rurais, Conflitos pela terra e pela água, Questão Agrária, Ecologia Política e Agroecologia. É tutor do Programa de Educação Tutorial de Geografia da UFPE. Coordena o LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato do CNPq.


E-mail: biragrario@gmail.com

Gilca Garcia de Oliveira  - Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras (1993) e doutorado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia lecionando as disciplinas Desenvolvimento Socioeconômico, Teorias do Desenvolvimento, Desenvolvimento Comparado e Economia Rural. Atua no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFBA) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO/UFBA). Membro dos Grupos de Pesquisa Projeto GeografAR e GEPODE nas áreas de Economia Rural, Conflitos: Resistência e Enfrentamento, Trabalho Análogo a de Escravo.

E-mail: ggo@ufba.br

Lucas Zenha Antonino  - Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2019). Mestre em Geografia: Tratamento da Informação Espacial (2013), Bacharel e Licenciado em Geografia (2010) pela PUC-Minas. Pós-Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe com pesquisa sobre as violações de direitos no evento/crime do derramamento do petróleo no litoral brasileiro. Professor Adjunto do Magistério Superior, curso de Licenciatura em Geografia, na UNIFESSPA / IETU. Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa GeografAR / UFBA / CNPq com pesquisa e extensão junto às comunidades tradicionais e populações do campo em conflitos com os territórios extrativo-mineral.

E-mail: lucaszenha@ufrb.edu.br

Hingryd Inácio de Freitas  - Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano 2018, na área de concentração "Desenvolvimento Ambiental e Territorial".

Mestrado (2009), bacharelado (2005) e licenciatura (2004) em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é professora do Departamento e Curso de Licenciatura em Geografia do IFBA, Campus Salvador, desenvolvendo atividade de ensino nas disciplinas de Geografia Econômica, Geografia Agrária e Geografia do Nordeste; pesquisa e extensão no Grupo Geopráxis, A Prática do Ensino e da Pesquisa e Geografia (IFBA-CNPq) e do Grupo GeografAR. Também atua na área da educação popular junto às organizações e movimentos sociais do campo com experiência nos estudos sobre relação campo- cidade, produção do espaço rural, questão (da reforma) agrária, assentamentos rurais, agricultura familiar camponesa, agroecologia, segurança e soberania alimentar.

E-mail: hifgeo@gmail.com

Mônica Cox de Britto Pereira  - Pós-Doutorado na Universidade de Buenos Aires/ Instituto Gino Germani. Doutora pelo CPDA-UFRRJ em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Ciências Sociais), Mestre pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro - UFRJ, Graduada pela UFRJ. Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciências Geográficas, Professora da Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integrante GT CLACSO Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural. Integrante Coordenação Colegiada GT Construção do Conhecimento Agroecológico ABA Agroecologia. Integrante GT Mulheres ABA Agroecologia. Coordena o NEPPAG - Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atua nas seguintes áreas: Ecologia Política; Conflitos Socioambientais Territoriais; Agroecologia, Agricultura Urbana; Epistemologias do Sul; Construção do Conhecimento Agroecológico; Soberania Alimentar, Agrobiodiversidade, Feiras e Protagonismo Mulheres; Sociedade e Natureza; Assentamentos Rurais, Reforma Agrária e Meio Ambiente; Agricultura e Unidades de Conservação; Movimentos Sociais, Campesinato, Povos e Comunidades Tradicionais Tradicionais; Extensão/ Comunicação e Metodologias Participativas. Participa da Renda- Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia. Coordenou Projeto Renda Cnpq Ufpe ABA/ 2015 a 2017. Associada ABA Agroecologia e AGB.

E-mail: monicacoxbp@gmail.com

Data de submissão: 21 de novembro de 2024

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2024

Data de publicação: 13 de janeiro de 2025